

UNIVERSIDADE TIRADENTES

ELISON SANTOS
GIVALDA DOS SANTOS
MARIA KARINA FERREIRA LEÃO

**A INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA: UMA
ANÁLISE DA MULHER DENTRO DO CONTEXTO
POLITICO EM CEDRO DE SÃO JOÃO/SE.**

PRÓPRIÁ
2011

**ELISON SANTOS
GIVALDA DOS SANTOS
MARIA KARINA FERREIRA LEÃO**

**A INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA: UMA
ANÁLISE DA MULHER DENTRO DO CONTEXTO
POLITICO EM CEDRO DE SÃO JOÃO/SE.**

Monografia apresentada a Universidade
Tiradentes como um dos pré-requisitos para
obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Msc. ITANAMARA GUEDES CAVALCANTE
ORIENTADORA

PRÓPRIA
2011

**ELISON SANTOS
GIVALDA DOS SANTOS
MARIA KARINA FERREIRA LEÃO**

**A INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA
MULHER DENTRO DO CONTEXTO POLITICO EM CEDRO DE SÃO
JOÃO/SE.**

Monografia apresentada ao Curso de
Serviço Social da Universidade Tiradentes
– UNIT, como requisito parcial para
obtenção do grau de bacharel em Serviço
Social.

Aprovada em: ____/____/____.
Banca examinadora

Profª. Msc. Itanamara Guedes Cavalcante
Orientadora
UNIT

Profª. Msc. Patrícia Santos Silva
UNIT

Profª. Esp. Lenalda Vieira Santos Morães
UNIT

Aos nossos familiares, em especial aos nossos pais, pelo esforço e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Como foi difícil chegar até esse momento, foram várias as dificuldades, mas sempre fui persistente e perseverante para alcançar os meus objetivos. Obrigado “DEUS”, por sempre ter me encorajado para que eu não desistisse e ter colocado pessoas especiais que contribuíram de forma direta ou indireta para a minha formação.

A minha “MÃE” Edilma, que sempre esteve ao meu lado, deixando de realizar seus desejos para que eu pudesse realizar os meus. Mãe, muito obrigado por tudo!!!

A meu “PAI” Hélio, que tanto desejou ver esse momento, mas sua partida foi rápida demais, sei que está aí de cima torcendo muito por mim.

Aos meus irmãos, sobrinhos, cunhados, tios (as), avós por sempre estarem presente de alguma forma em minha vida. Em especial a minha irmã Eliana e sua filha Hellen, que sempre estiveram ao meu lado. Serei para sempre grato a vocês.

À Givalda e a Maria Karina por sempre estarmos juntos vivenciando momentos fáceis e difíceis durante essa jornada. Estas chegando ao fim da graduação, mas com fé em Deus, ainda conseguiremos muito!!!!

Aos mestres da academia, em especial a Itanamara Guedes, por ter nos orientado neste árduo trabalho. E não poderia esquecer-me de Patrícia, pelo grande incentivo para que não desistíssemos deste tema.

Aos meus educadores da educação infantil que me ensinaram as primeiras letras do alfabeto, serei sempre grato a Kelly Gonçalves e a Lúcia de Melo pelos seus ensinamentos.

Enfim, a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a minha formação. Os meus mais sinceros agradecimentos!!!!

Elison Santos

AGRADECIMENTOS

Nesse momento especial agradeço a Deus pelo dom da sabedoria e da paciência que me concedestes perante esse caminhar. Quantas dificuldades e barreiras surgiram, mas a luz divina sempre esteve a me iluminar chegando até o final. Obrigado Senhor!

A minha MÃE, por tantas coisas que abdicou em favor dessa conquista, pela força, as palavras que me animaram em meio ao desânimo, as orações que foram persistentes de entrega para que eu pudesse seguir em frente, enfim, por tudo, obrigada minha querida mãe, sempre vou te amar e serei grata por toda minha vida.

Agradeço aos meus avós e tios que já não estão conosco, mais em outro plano tenho certeza que estão vibrando por essa formação.

Também quero agradecer, às minhas irmãs, a meu cunhado e aos meus sobrinhos que sempre estiveram dispostos a me ajudar nos momentos em que mais precisei.

Agradeço aos amigos e irmãos Elison e Karina, que durante esta caminhada sempre juntos me incentivaram a continuar. Pelos apoios, pelas palavras e sem esquecer pela compreensão. Obrigada, vocês fazem parte de toda minha história e conquistaram um lugar em meu coração, quero agradecer também as suas mães pela força. Obrigada por tudo. Amo VOCÊS!

Não posso esquecer do grupo do fundão. Cláudia, Gilmarques, Jonathas, Joyce, Katysuany, Lyvia, Tinãan entre outros, pela partilha da insegurança do que estaria por vir, também pelos momentos de descontração. Obrigada!

Agradeço ainda, a todos os professores pelos conhecimentos transmitidos, que a cada dia me despertava mais interesse pelo curso, em especial a Itanamara pela orientação do nosso trabalho. obrigada a todos VOCÊS MESTRES!

Enfim, agradeço a todos que vibraram e contribuíram para essa conquista, pela torcida, pelo incentivo e pelo encorajamento, nos momentos difíceis. Obrigada a todos!

GIVALDA DOS SANTOS

AGRADECIMENTOS

Neste momento que encerro a última fase de minha formação acadêmica quero que muito respeitosamente agradecer do fundo da minha alma, primeiramente a DEUS, por ter me dado a vida e a capacidade de discernir o melhor caminho a seguir. Sem esse poder não teria conseguido chegar até aqui.

Agradeço imensamente a minha mãe, Maria Célia e ao meu pai Heribaldo, pela oportunidade que me proporcionaram desde os primeiros passos, sempre segurando em minhas mãos nos momentos mais difíceis de minha vida, sem vocês e sem o apoio que sempre me deram eu não seria a pessoa que hoje sou. Muito obrigada.

Quero agradecer também aos meus filhos, Saul Emanuel e Antony Leão por estarem sempre comigo, mesmo sem compreender as inúmeras vezes que me fiz ausente. Por vocês meus filhos, fiz tamanho esforço.

Ao meu esposo, Antonio Pereira da Rocha, por suportar minhas falhas e minha ausência, e pelas vezes que prontamente me socorreu, obrigada, você é especial,

Aos meus irmãos e minhas cunhadas, por fazerem parte de minha história, e em especial a Cristiane, que tanto me incentivou, vibrou e se entristeceu quando muitas vezes me via triste e desolada. Pelo seu apoio, carinho e pela oportunidade que me deu ao custear meus estudos, muitíssimo obrigada, tenho em você uma irmã mais velha.

Aos meus amigos, que sempre acreditaram em meu potencial, o meu obrigada. Não poderia deixar de agradecer também aos meus inimigos, pelas críticas e fofocas, serviram-me de motivação para eu continuar na busca pelos meus ideais.

Aos meus professores, responsáveis pela construção do saber, vocês foram peças fundamentais, pois me abriram o desejo de continuar desde as primeiras letras ao último livro, sem vocês nada seria possível. Obrigada pelas palavras de incentivo, pelas orientações e pelas críticas, tudo isso faz parte do processo de formação.

Aos meus colegas Elison e Givalda, por termos chegado ao final unidos, mesmo com nossos defeitos, formamos um trio inseparável e invejável.

Enfim a todos, o meu muito obrigado!

Agradeço hoje, agora, mas confesso que é apenas o pontapé inicial. Vocês estarão comigo em outras vitórias!!!!!!

Obrigada a todos!!!!

Maria Karina Ferreira Leão

Eu tropeço no possível, mas não desisto de fazer a
descoberta que tem dentro da casca do impossível.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

O objeto da pesquisa baseia-se em: A inserção da mulher na política: uma análise da mulher dentro do contexto político em Cedro de São João – SE, datada da década de 90 até os dias atuais. É um estudo que se estende ao entendimento do que venha a ser gênero, assim como o mesmo se apresenta e se forma, bem como a mulher adquiriu esse poder e como a mesma se desenvolve dentro da política local municipal em Cedro de São João - SE. Essa pesquisa buscou entender o que as levou a inserirem-se na política partidária, como atuaram e as dificuldades encontradas e verificar-se suas ações ocasionaram mudanças positivas ou negativas. A mesma foi desenvolvida no método dialético, com coleta de dados utilizando-se da observação sistêmica, entrevista semi-estruturada, tendo como universo de pesquisa sete mulheres que estiveram inseridas dentro da política partidária.

PALAVRAS-CHAVE: POLÍTICA, MULHER E GÊNERO.

ABSTRACT

The object of the research is based on: the inclusion of women in politics: an analysis of women within the political context in Cedar St John - SE, dating from the 90s to the present day, is a study that extends the understanding what will be gender, as it presents itself and if so, just as the woman acquired this power and how it develops within the local politics in Cedar City of Saint John - SE. This research sought to understand what led them to insert themselves into partisan politics, acted like and the difficulties encountered and to assess its actions led to positive or negative changes. This practice was developed in the dialectical method, with data collection using systematic observation, semi-structured interview, with the total research seven women who were inserted into party politics.

KEYWORDS: POLITICS, WOMEN AND GENDER.

LISTA DE SIGLAS

ARENA – ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL

DEM - DEMOCRATAS

FBPF – FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO

PDT – PARTIDO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

PEA – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

PFL – PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO

PPS – PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 NASCEMOS MULHERES, HOMENS OU NOS TORNAMOS: UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO.....	18
2.1 GÊNERO	18
2.2 GÊNERO E PODER	23
2.3 A LUTA FEMINISTA NO MUNDO E NO BRASIL	27
3 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLITICA NO MUNICIPIO DE CEDRO DE SÃO JOÃO.....	59
3.1 CEDRO DE SÃO JOÃO: SEU PÓVO, SUA HISTÓRIA	59
3.2 A INSERÇÃO DA MULHER NA POLITICA	62
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	75
ANEXOS	

1 – INTRODUÇÃO

Devido a observação realizada ao longo do tempo das práticas extensivas e das ocupações por mulheres nos espaços e quanto a participação efetiva da mulher em determinados cargos, é que se percebeu a necessidade de aprofundar os estudos quanto essa participação, levando em consideração a grande luta contra as desigualdades, preconceitos e injustiças que a elas são impostas devido às mesmas possuírem o sexo feminino.

Essa pesquisa tem como objetivo principal analisar a participação da mulher na vida pública partidária, identificando quais espaços as mesmas buscam; quais motivos as levaram a inserir-se no meio político, deixa analisar se a presença dessas mulheres nos espaços públicos provoca alguma mudança dentro da sociedade, e se causa, verificar se são mudanças positivas ou negativas.

Apresenta-se de grande relevância para os formandos do Curso de Serviço Social, para o município em evidência e para a Universidade Tiradentes, por estar relacionada à luta pela conquista feminina dentro da esfera pública, pela sua auto afirmação, pela quebra dos paradigmas que envolvem o conservadorismo e o patriarcado, as quais ainda persistem mesmo que de forma disfarçada dentro da nossa sociedade.

A importância dessa abordagem está em trazer para as salas de aula discussões quanto a emergência do gênero, também a divisão dos papéis que a ele compete, fazendo com que através dessa pesquisa a sociedade em geral, bem como a comunidade acadêmica, possa perceber o indivíduo não só na sua subjetividade, respeitando-o dentro do espaço ao qual esta inserido.

O método escolhido será dialético por permitir analisar o tema proposto a partir das fundamentações teóricas, filosóficas, sociológicas e econômicas. Para a fase de coleta de dados, foi utilizada a observação sistemática, entrevista semiestruturada a qual nos permitiu sentir as necessidades das entrevistas, assim como formular, acrescentar, redimensionar como também retirar questões formuladas.

Com a observação sistemática buscamos desvendar obstáculos não revelados nas falas dos sujeitos da pesquisa, por tabus, preconceito ou discriminação presentes na realidade, faremos uso da pesquisa documental, por essa nos permitir o acesso a dados oficiais a respeito do tema abordado.

Para análise dos dados, optaremos pela análise da fala, uma vez que se trata de compreender as atitudes do sujeito da pesquisa.

O mesmo segue estruturado em três capítulos da seguinte maneira:

- A introdução, onde está apresentado o tema o que se refere o trabalho conclusão de curso, como foi organizado e o que nos levou a esta pesquisa, o método utilizado e os objetivos.

- O segundo capítulo está nomeado como: Nascemos mulheres, homens ou nos tornamos: uma análise sobre a construção de gênero, neste momento, levantamos uma discussão sobre o que vem ser gênero como se forma, se apresenta e como surgiu esse conceito, e entender como aconteceu a divisão dos papéis dentro da sociedade, os quais correspondem às ações de mulheres e homens.

- Dando continuidade, apresentamos o terceiro capítulo, nomeado como: A participação da mulher na política no município de Cedro de São João – Sergipe. Nesta

oportunidade, fomos à campo, levantamos dados e buscamos esclarecer os motivos que levaram estas mulheres inserir-se na política partidária e identificar os ganhos da sociedade diante dessa inserção.

O universo da pesquisa foi as mulheres que inseriram-se na política local datada do anos de 1990, sendo entrevistadas apenas (07) sete mulheres, dentre estas, algumas que disputaram vagas no parlamento, no executivo, mulheres eleitas e as que não conseguiram eleger-se.

Contudo, buscaremos mediante pesquisa esclarecer as dificuldades que estas encontraram e quais propostas apresentadas durante as campanhas e entender como decorreu a atuação dentro do espaço político partidário.

2. Nascemos mulheres, homens ou nos tornamos: uma análise sobre a construção de gênero.

2.1 GÊNERO

Por vezes ao ouvirmos a expressão gênero, logo imaginamos dois grupos distintos, o masculino e o feminino, embora sua significância e seu significado vá além dessa simples tarefa de separação sexual, ou seja, vários autores afirmam que gênero não é equivalente a sexualidade e sim uma construção da sociedade.

Em análise a vários textos, essa é uma questão que foi fundada há vários anos atrás para dar resposta ao surgimento das desigualdades existentes entre homens e mulheres, quando a sociedade devido ao seu desenvolvimento, sentiu a necessidade de separar tarefas entre seus semelhantes, e essa divisão estava baseada na formação organizacional sexual, o que logo alavancava a opressão sobre aqueles considerados os mais fracos.

Os primeiros estudos voltados para o entendimento em relação à subalternidade feminina foi realizado por Karl Marx e Engels (1979), o qual tinha como objetivo esclarecer as causas das condições de subalternidade onde as mulheres se encontravam. Para isso, Engels faz um apanhado sobre os tipos de trabalho e suas respectivas necessidades de mão de obra para o desenvolvimento destes, logo, surge à agricultura e a pecuária, o trabalho que era realizado para a subsistência familiar passa então a gerar excedente, fator esse que favoreceu o surgimento da propriedade privada e pública. Devido o desenvolvimento da produtividade, aparece então a

organização familiar. É aí que a opressão feminina ganha força, pois nessa organização ou modelo de formação familiar nasce aparentemente a divisão de papéis entre o homem e a mulher, o público e o privado, onde aquele que prevalecerá será o detentor da força, o homem. Devido isto, é entendido que a opressão contra a mulher é resultado do papel que a mesma desenvolve dentro da sociedade, ou do espaço familiar.

A mulher é simplesmente aquele indivíduo transformado em objeto que tende estar disponível a cuidar da casa, do marido e com a obrigação de perpetuar a origem da família através da geração de filhos. Observando por este lado, é fácil entender porque todas as leis eram completamente machistas. As mesmas foram feitas a favor do homem, e por isso consideravam o adultério como um crime que muitas vezes em alguns países deveria e ainda deve ser punido com a morte, pois a traição colocava em risco a geração autêntica de um trabalhador reprodutor da mais valia. O homem soube se aproveitar da capacidade que a mulher possui em dar a luz a filhos e utilizar-se desse recurso para sustentar de forma que superficial o progresso do capitalismo, pois seus filhos eram os futuros instrumentos que contribuiriam para a acumulação excedente.

Baseando nisso, Karl Marx (Apud. COSTA, 1979, pág.23) diz:

O possuidor da força de trabalho é um mero mortal. Portanto, para que sua presença no mercado seja contínua, como requer a transformação contínua do dinheiro em capital, é necessário que o vendedor da força de trabalho perpetue, como se perpetua todo ser vivente, pela procriação (...). A soma dos meios de vida necessários para a produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de vida dos substitutos, isto é, dos filhos de operários, para que esta raça especial de possuidores de mercadorias possam perpetuar-se no mercado.

Contudo, dentro do exposto acerca do capitalismo, a mulher é vista como reprodutora da mão de obra que ajuda o capital permanecer em expansão.

Trazendo para uma melhor sistematização da opressão feminina, afirma-se que o patriarcado está ligado ao capitalismo, uma vez que os mesmos produzem a reprodução das relações de desigualdades entre os indivíduos.

Einsentein diz:

O patriarcado capitalista abre passo entre as dicotomias de classe e sexo, esfera pública e privada, trabalho doméstico e assalariado, família e economia, o pessoal e o político, e a ideologia e as condições materiais (...). Se a existência das mulheres está determinada pelo capitalismo e o patriarcado através das ideologias e das instituições dominantes, resulta uma compreensão isolada do capitalismo (ou do patriarcado) que não poderia abarcar o problema da mulher. (1980 : 35).

Nas explanações realizadas por Soffiot (1992), a questão do significado de gênero vai além do masculino e feminino, ou seja, as pessoas simplesmente nascem trazendo consigo órgãos que lhes são necessários a sua sobrevivência, porém, os mesmos indivíduos, se transformarão em homem ou mulher ao longo de seu desenvolvimento nos espaços e nas relações que produzem dentro dos grupos. Logo, pode-se afirmar que essa formação ou mutação faz parte das relações sociais onde permanecem inseridos. Assim,

As relações de gênero não resultam da existência de dois sexos, macho ou fêmea. O vetor direciona-se, ao contrário, do social para indivíduos que nascem. Tais indivíduos são transformados, através das relações de gênero, entre homens ou mulheres, cada uma destas categorias – identidades excluindo a outra. (SAFFIOT, 1992:187).

Simone de Beauvoir¹(1942), teórica feminista afirma: “não se nasce mulher, se torna mulher”, trata-se de uma expressão que afirma que a formação individual é construída e mutável, que varia de acordo com o tempo e com sociedade em que vivemos.

¹ Simone de Beauvoir, escritora e feminista, autora da obra *Le Deuxieme Sex* (O segundo sexo) no ano de 1949.

O patriarcado nada mais é que a organização sexual da sociedade, o qual usa estereótipos para caracterizar a mulher por ter mais facilidade em demonstrar com mais clareza e sinceridade sentimentos como emoção, compulsão por consumismo dentre outras, mas vale ressaltar que essa capacidade de demonstração de sentimentos não impede a mulher de desenvolver papéis dentro da sociedade de forma louvável, pois sua capacidade de desenvolvimento de certas atribuições não está relacionada aos estereótipos que fazem parte de sua carga genética.

Ao longo do tempo vários paradigmas estão sendo quebrados e para melhor se efetivar, a mulher sente a necessidade de sair do setor privado e buscar sua independência dentro do espaço público, mostrando sua competência e desmistificando a ideologia de um patriarcado meramente conservador. Dessa forma:

A invisibilidade das mulheres, segundo esta perspectiva, se deve a que a ideologia das esferas separadas se definiu como seres exclusivamente privados, negando assim sua capacidade de participar na vida pública política. Tão grande tem sido o poder da ideologia que ainda quando trabalham ou tentam uma atuação política, suas atividades são definidas como extraordinária ou anormais e, por isso, alheias ao âmbito da política autêntica e seria. A desvalorização das atividades da mulher (como fonte de mão-de-obra barata no mercado e de trabalho livre no lar) desvalorizou também a visão das mulheres como sujeitos históricos e como agentes de mudança. (SCOTT, 1992:48 e 49 [b]).

Ao perceber a necessidade de sair da invisibilidade imposta pelo sistema patriarcal, a mulher sente necessidade de romper com a dicotomia e passa então a se inserir dentro de espaços onde até então era apenas permitido aos homens. Ela deixa de ser instrumento utilizado como peça fundamental para à sobrevivência dos indivíduos gerados mediante ter contraído o matrimônio, ou seja, seus filhos. É dessa forma que ela busca romper com a dicotomia, de homem x mulher, público x privado, para isso, foge da opressão a que são submetidas. Movidas

pela ruptura dicotômica dos papéis, as mesmas passam a se inserir nas atividades políticas e nos espaços do setor público com o intuito de romper com as desigualdades e passarem a ser vista como cidadãs de direitos, independente dos estereótipos que as diferenciam do seu opressor.

Falar em público e privado é entender que essas expressões são utilizadas para uma suposta limitação a cada um dos indivíduos que se utilizam desses papéis dentro da sociedade.

Relembrando Engels (1974), é possível entender a colocação que ele faz quanto a formação da comunidade primitiva para explicar o surgimento dessas classes. Faz-se então uma análise conjuntural da presença massificante do patriarcado, o qual, mesmo que de forma invisível continua presente até os dias atuais, atuando na reprodução da sociedade. Foi reafirmado no período da Idade Média, atravessou o feudalismo, construiu mesmo que indiretamente o capitalismo e encontra-se presente na nova era contemporânea, o mesmo continua produzindo e reproduzindo as desigualdades entre homens e mulheres, sejam em organizações, grêmios, partidos políticos, grandes empresas e etc.

Diante dessa visão, a qual foi colocada, é que tentam justificar que a mulher é alvo de sua formação genética, e por a mesma ser tratada como símbolo sexual e responsável pela reprodução que perpetuará a espécie e o capital, logo a mesma é afastada da participação social.

Shulamith Firestone (1970), vê na função reprodutiva da mulher (e, em função disso, a família biológica) a base de sua opressão. Para ela, “o desequilíbrio sexual do poder está fundamentado biologicamente, portanto, somente com a liberação da mulher das cadeias da maternidade, através dos progressos na tecnologia da reprodução, deixaria de existir o desequilíbrio” (1970 :9-11).

2.2 GÊNERO E PODER

Para compreender a relação existente entre gênero e poder, se faz necessário uma análise crítica quanto aos papéis desenvolvidos tanto pelo homem como pela mulher dentro da sociedade, assim como também um melhor entendimento quanto ao significado da palavra gênero e poder.

SCOTT (1990, pág. 42) define gênero em duas partes, que são:

1ª “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais, fundadas sobre as diferenças percebidas entre sexos”.

2ª “o gênero é uma forma básica de representar as relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis.”

Sendo assim, observa-se que existe uma relação social relação esta que se pode afirmar uma relação de poder, construída por dois sujeitos, o dominante e o dominado.

Marcela Lagarde, sobre poder, afirma:

O poder como fato positivo é a capacidade de decidir sobre a própria vida; como tal, é um fato que transcende o indivíduo e se plasma nos sujeitos e nos espaços sociais: aí se materializa como afirmação, como satisfação de necessidade, e como realização de objetivos (... Mas o poder consiste também na capacidade de decidir sobre a vida do outro, na intervenção com fatos que obrigam, circunscrevem ou impedem. Quem exerce o poder se arroga o direito ao castigo e a postergar bens materiais e simbólicos. Dessa posição, julga, sentencia e perdoa. Ao fazê-lo, acumula e reproduz o poder. (1993: 154)

Diante dessa afirmativa de Lagarde, é possível entender que o poder está na submissão feminina, quando por muito tempo fora negado às mulheres o poder de decidir sobre sua própria vida, pois diante de um estado paternalista e patriarcal, a mulher era vista como um objeto de reprodução.

A origem da relação de poder exercida dentro da categoria gênero é histórica, e vem sendo analisada desde o surgimento da agricultura e da pecuária como afirma Engels (1974) em seu estudo sobre a divisão dos papéis, essas atividades acabaram caracterizando alguns trabalhos como femininos e masculinos, criando então a divisão do trabalho, divisão esta fundamentada na divisão sexual, divisão esta denominada de esfera produtiva – homem, e esfera reprodutiva – mulher, pois as fêmeas tinham o papel de reproduzir e perpetuar a espécie. No entendimento de Foucault (1987), “o exercício do poder sempre se dá entre sujeitos que são capazes de resistir”, ele ainda acrescenta que se deve buscar observar o poder como “uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade”. Sugere que, preferencialmente se dê ao poder “mais modelo de batalha perpétua do que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que apodera de um domínio” (FOUCAULT, 1987, p.29).

Verifica-se que esta correlação de forças, a qual consiste na dominação masculina, diretamente impede a tomada de decisões, amedronta e induz comportamentos mesmo que contra a vontade da mulher, assim como também controla e dificulta que o ser feminino se encoraje a lutar pela conquista da sua suposta liberdade, mas convêm também ressaltar que onde existe a imposição do poder, existe também a possibilidade de haver a resistência, o que na maioria das vezes não acontece devido à mesma encontrar-se em uma situação desfavorável, pois muitas vezes a imposição do poder é imposta seguindo de ações violentas. Foucault (1988,pág. 91) diz:

“lá onde há poder, há resistência e, no entanto (ou melhor, por essa mesma) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”.

Observa-se, porém, que o poder exercido sobre as mulheres se fazia necessário para dar continuidade à transformação do dinheiro em capital, logo, a mulher era colocada na categoria da esfera reprodutiva.

Para melhor definir a opressão imposta à mulher Engels (1974:245 -246) afirma:

A derrota do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem empunhou também as rédeas da casa; a mulher se viu degradada a convertida na servidora, na escrava da luxúria do home, um simples instrumento de produção.

Contudo, compreende-se que a subalternidade da mulher, é devido aos estereótipos que as mesmas apresentam sua condição dada por natureza de gerar e dar a luz, ou seja, o direito adquirido por natureza da maternidade facilitou a imposição do domínio masculino sobre a mulher, sendo, portanto a mesma responsável por possibilitar a garantia da paternidade, o que consequentemente, perpetuaria a descendência do proprietário produtor de mais riquezas. Engels afirma, que:

Em consequência aos variados tipos de situação a que as mulheres são obrigadas, começa então a busca por respostas que clarifique o momento em que o ser feminino possa deixar de ser usada como objeto de reprodução, e começar a disputar um lugar dentro do espaço público. O que é percebido, porém, é que o início dessa luta está na libertação da maternidade, o que ocasionará a quebra da reprodução, consequência do desequilíbrio sexual a qual geralmente é obrigada a aceitar.

O encontro Internacional de Feministas, realizado em Amsterdã em junho de 1977, ataques da “Resolução” elaborada pelas feministas radicais com base na corrente feminina coloca:

Temos buscado as origens da opressão específica da mulher no caráter específico que tem as relações da mulher na produção, que a fazem produzir gratuitamente e sem receber em troca mais do que sua subsistência. Estas de produção são comuns a todas as mulheres, seja qual for a classe a qual pertence seu marido. Estas relações de exploração constituem a base material do sistema que oprime as mulheres: o patriarcado. Seus benefícios são os homens entendidos como grupo social (e não como grupo biológico) da mesma forma que o salário é a base material do capitalismo, cujo beneficiário é o grupo social dos patrões e dos proprietários. A luta de classes combate este último sistema, mas não conta o primeiro.(S/N)

Portanto, à medida que a opressão feminina acontece, a mulher começa a tomar consciência dos direitos quanto cidadã e começa então a reivindicá-lo, como o poder de tomar suas próprias decisões, quanto a escolher o que melhor acham para si, como a hora de exercer a maternidade, da liberdade de escolher seus representante, de comprar e vender seus bens, quanto a sua sexualidade, dentre tantas a outras coisas, no entanto, essas reivindicações despertam no homem, o sentimento de perda do espaço, do domínio dentro da esfera pública, o que os leva a sentir-se ameaçados por indivíduos que até então eram tidos como objetos de desejo e de reprodução.

2.3 A LUTA FEMINISTA NO BRASIL

Ao longo das leituras referentes a gênero e poder, é percebido que existe um movimento fortalecido que luta por igualdade entre os indivíduos e onde busca constantemente colocar as mulheres e outras categorias na disputa por igualdade de direitos em relação aos homens. *“Reafirmar a crença nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana, nos direitos iguais de homens e mulheres, e de nações, grandes ou pequenos”* (PREAMBULO DA CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945). Logo encontramos o movimento feminista, o qual surgiu em países ocidentais com o objetivo de lutar em favor da mulher, esse movimento surgiu em meados do século XIX, período em que os olhares voltaram-se para a condição de subalternidade em que as mulheres eram obrigadas a viver, situação essa, frutos de concepções patriarcais, que devido a seu poder oprimia o ser então considerado frágil devido aos estereótipos visualizados.

A opressão feminina era algo visto como normal, pois suas características biológicas e o direito natural de gerar os filhos as colocavam em uma condição de inferioridade dentro da sociedade, que por muito tempo a via como objeto de reprodução e não como um ser de direito e com poder de tomar suas próprias decisões.

Devido a esta opressão, onde a mulher era impossibilitada de decidir sobre sua própria vida e ou exercendo assim seus direitos e a sua vontade quanto a decisões referentes ao aborto, à educação dentre outros, é que, ainda no século XIX, Mary Wolestonecraft em 1792 em Londres publicou um livro que tinha como tema: A defesas dos direitos da mulher, obra esta considerada um clássico para as feministas, pois, a mesma é utiliza-se dos papéis que

correspondiam a indivíduos de cada sexo, para criticar as ações exercidas por ausência dos direitos individuais e das desigualdades e das injustiças acometidas devido a opressão masculina, a qual era e ainda é fruto do sistema patriarcal.

Diante disso é notório que a opressão não apareceu agora na contemporaneidade, mas se trata de um problema que muito tempo tem-se lutado contra mesmo assim, e visualizado com clareza que os direitos de decisão que compreendeu à mulher, ainda é negado em certa parte, podendo servir como exemplo a decisão sobre o aborto, assunto tão polêmico e que envolve toda a sociedade e se esquece da vontade própria exercida pela mulher.

O movimento feminista surge então em países do ocidente, especialmente em países protestantes, por estes já terem passado por idéias iluministas e estarem mais preparadas para aceitarem com maior facilidade as idéias feministas, então, pode-se afirmar que as raízes do movimento feminista está nos movimentos de reforma do século XIX, com maior desempenho a partir da Revolução Francesa. (BRASIL, MAIS MULHERES NO PODER: CONTRIBUIÇÃO À FORMAÇÃO POLÍTICAS DAS MULHERES, pag.23 a 30).

Contudo, a visão de um movimento organizado, só foi possível no ano de 1848, com a primeira convenção dos direitos da mulher, realizado em Seneca Falls, Nova York.

O Movimento feminista trás consigo questionamentos em relação a posição a qual a mulher ocupava, posição de objeto sexual, reprodutiva, culturalmente vazia, o que poderia ser considerado como sexismo, o que evidenciava um machismo sobre os direitos negados às mulheres.

Emmeline Pankhurst² foi uma das protagonistas das lutas feministas e que ajudou a fundar o movimento sufragista³, a mesma através do seu conhecimento adquiridos através dos estudos sobre a opressão do homem sobre a mulher, teve como objetivo, revelar o machismo das leis britânicas. Emmeline por várias vezes foi presa com embasamento na lei Cat and Mouse⁴, em virtude disso, serviu de inspiração para a realização da greve de fome, o que possibilitou à sociedade tomar conhecimento das ações brutais impostas pelo sistema legal daquela época.

Um acontecimento marcante para o movimento feministas, que o fortificou, sensibilizou o mundo e incentivou ainda mais nas reivindicações pela efetivação dos direitos das mulheres e que até os dias atuais ainda é lembrado, aconteceu em 08 de março de 1857, quando um grupo de operárias de uma fábrica de tecido na cidade de Nova York, uniram-se para reivindicar melhores condições de trabalho, como redução da carga horária e melhores salários, foram trancadas e incendiadas, as mesmas morreram carbonizadas. Em virtude disso, uma socialista alemã, Clara Zetkin, na 1ª Conferência Internacional da Mulher no ano de 1910, idealizou e surgiu a criação de um dia internacional para elas, com a finalidade de perpetuar a lembrança do acontecimento e marcar as vitórias alcançadas, como as conquistas sociais, políticas e econômicas, sendo assim as Nações Unidas, no ano de 1975 instituiu o dia 08 de março.

² Emmeline Pankhurst foi uma das fundadoras do movimento britânico do sufragismo. O nome da Sra. Pankhurst, mais do que qualquer outro, está associado com a luta pelo direito de voto para mulheres no período imediatamente antes da primeira guerra mundial.

³ MOVIMENTO SUFRAGISTA - A luta pela igualdade de direitos das mulheres intervirem na política ativa, e sobretudo o direito ao voto, foi designada como Movimento das Sufragistas.

⁴ Lei “Cat and Mouse” – Lei Gato e Rato – esta originou-se devido a reicidência da realização de greve de fome, ou seja, quando presas, faziam greve, enfraqueciam e obrigavam assim, serem libertadas, após períodos de recuperação as mesmas voltavam a reivindicar, tornando-se presas novamente, tudo com o objetivo de tornar conhecido à sociedade o sexis mo britânico.

A partir desse acontecimento trágico, as lutas feministas começaram a produzir avanços, como a participação efetiva no processo produtivo, mesmo sofrendo com as desigualdades devido à desvalorização em relação ao trabalho masculino. Estando assim a mulher inserida no trabalho social, a mesma quebra a imposição patriarcal, contribuindo assim para mais uma conquista do movimento feminista. Daí, Engels diz:

A emancipação da mulher e sua equiparação do homem são e continuarão sendo impossíveis enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala social, da produção e, quando o trabalho doméstico lhe toma apenas tempo insignificante. (Engels, 1985, p. 229).

Verifica-se, portanto que para torna-se emancipada a mulher deve está atuando ou inserir-se dentro das atividades produtivas sociais, ocupando, portanto seu tempo, e tendo para si as atividades domésticas como meras tarefas insignificantes que não lhes custem ou retirem o tempo de inserir-se dentro dos espaços sociais.

Após alguns períodos os quais são marcados por altos e baixos, onde os movimentos feministas abraçam determinadas lutas, o mesmo passa a ser caracterizados por fases, ou seja, ondas, daí apresentam-se de forma diversificada e acontecem períodos subseqüentes sempre trazendo novas discussões para a afirmação dos direitos os quais são negados às mulheres.

Em virtude disso percebe-se que a primeira onda aparece após a Segunda Guerra Mundial, onde surge um feminismo que tinha como prioridade o fortalecimento das lutas pelo prazer, direito ao corpo e que se colocava contra o patriarcado. Diante dessas lutas estava a busca pelo entendimento da categoria gênero, onde nesse mesmo período tentava-se desnaturalizar a significância do ser mulher, para isso, obteve-se como contribuição a frase da teórica Simone de

Beauvoir, que em sua publicação “O segundo sexo”, em 1949 disse: “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Para Scott (2004, p. 35),

O feminismo fundou-se na tensão de uma identidade sexual compartilhada/nós mulheres), evidenciada na anatomia, mas recortada pela diversidade de mundos sociais e culturais nos quais a mulher se torna mulher, diversidade essa que, depois, se formulou como identidade de gênero, inscrita na cultura.

Observa-se porém, que a diversidade cultural de diferentes mulheres fez com que se fortalecesse o movimento feminista e assim dando ênfase a sua identidade através de gênero, dentro de sua própria cultura, assumindo assim o seu papel dentro da sociedade.

Algumas obras tiveram significativas contribuições para o feminismo, como “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, em 1949, na França, e “A Mística Feminina”, publicado por Betty Friedan, em 1963, nos Estados Unidos.

Já a segunda onda do movimento feminista foi marcada por um feminismo radical que apontava como causa dos sérios problemas que enfrentavam a concepção patriarcal da sociedade, esse tipo de feminismo atualmente encontra-se enfraquecido, pois a radicalidade e a força, torna-se inútil, perdendo para tanto o foco de suas reivindicações.

Quanto que a terceira fase do feminismo aqui no Brasil, está na participação das mulheres brasileiras em todo processo de redemocratização e na construção de ênfase ainda mais particulares que incidiam sobre as diferenças intra-gênero, ou seja, aquelas vividas entre as próprias mulheres (Mais Mulheres no Poder, Contribuição à Formação Política das Mulheres, p. 20).

Percebe-se, porém, que as mulheres, através dos movimentos feministas foram conquistando espaço e com isso, muitas vitórias, contudo, é notado que o feminismo foi

protagonista de várias mudanças dentro das sociedades, dentro e tantas conquistas pode-se ressaltar o poder sobre o próprio corpo; o sufrágio; mais oportunidades de trabalho; visualização como indivíduo de direitos, dentre outras vitórias.

Mesmo com essas conquistas, o movimento feminista luta pela legalidade do aborto, apóia o DDD – Direito de Decidir, que consiste em dar apoio a autonomia que cada mulher possui na decisão quanto a sua vida reprodutiva.

No Brasil, pode-se observar como efeito do movimento feminista, a luta pela emancipação política, ou seja, a luta pelos direitos políticos, ocorrido ainda no século XIX, isso porque o Brasil sempre acompanhou determinados acontecimentos ocorridos nos países ocidentais, no caso do movimento sufragista, ocorrido aqui no Brasil, um tanto tardio, mas que não deixa de contribuir para a emancipação e efetivação dos direitos femininos.

Como fundantes do movimento feminista aqui no Brasil, está Berta Lutz, responsável pela fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminismo, federação esta que detinha a luta pelo trabalho feminino mesmo sem a autorização do marido, bem como pela escolha do domínio e pelo direito ao voto.

Em nosso país, como estado pioneiro a legalizar o voto feminino, está o Rio Grande do Norte em 1922.

Anos mais tarde, nosso país entra em um regime militar, totalmente patriarcalista e opressor, neste período muitas mulheres são presas. Cria-se então o Movimento pela Anistia.

Anos mais tarde, ainda sobre o clima do regime militar, é, observado uma desvalorização e frustração da cidadania, aparece, portanto as reivindicações por liberdade, é neste momento que grupos de mulheres se organizaram e põe contrárias ao militarismo

autoritário, aproveitando para consolidar os interesses e as demandas das mulheres, se articulando dentro do espaço público.

Após várias reivindicações, lutas, derrotas e conquistas, o movimento feminista foi ganhando mais seguidores e as lutas passaram a ultrapassar a “divisão sexual“, a qual é utilizada como divisão sexual feminina. Com isso, aos poucos foi-se formando uma nova roupagem para este movimento, surge então a emergência do gênero, onde as reivindicações abrem espaço ao entendimento de sua significância e sua formação, neste momento não discute-se apenas direitos das mulheres, mas dos gays, lésbica, trans e bissexuais , etnia, religião, enfim, vários grupos que apesar de serem enormes, outra situação dicotômica a qual a sociedade faz questão de exaltar. Diante disso, as lutas vão além de grandes reivindicações, faz-se presente também nos protestos em combate a violência a que esses grupo são impostos.

A luta pelo voto feminino foi sempre o primeiro passo a ser alcançado no horizonte das feministas da era pós-Revolução Industrial. As sufragistas eram assim conhecidas justamente por terem iniciado um movimento do Reino Unido a favor da concessão às mulheres do direito ao voto.

Mesmo que tenha grande comoção, o movimento pelo voto feminino na Inglaterra na década de 1910, as ações de protesto empreendidas pelas sufragistas, contudo, apenas vieram a obter um parcial sucesso com a aprovação do Representation of People Act de 1918, o qual estabeleceu o voto feminino no Reino Unido - em grande parte, dizem alguns historiadores, motivado pela atuação do movimento das sufragistas na Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918), já que as sufragistas deixaram as ruas e assumiram importante papel nos esforços de guerra.

O art. 2º diz: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo alistado na forma deste código”. Ao reconhecer e garantir o direito de voto ao sexo feminino o Brasil

demonstra amadurecimento político no que tange ao processo eleitoral, por consequência apresenta avanços no campo dos direitos de seus cidadãos.

No Brasil, a história da participação da mulher no parlamento tem como marco inicial a conquista do direito ao voto que se deu em 1932. Essa conquista é resultado da luta contínua do movimento sufragista, que emergiu no Brasil em 1919 e culminou com a conquista do direito ao voto pelas mulheres, mas não foi o suficiente para que estes contingentes humanos superassem o processo de exclusão.

O movimento da elaboração da nova constituição brasileira foi fundamental, para que as mulheres, a partir de sua atuação conquistassem direitos legais e obtivesse legitimidade para suas reivindicações.

O direito ao voto feminino começou pelo Rio Grande do Norte. Em 1927, o Estado se tornou o primeiro a permitir que as mulheres votassem nas eleições.

Mas só apenas no ano de 1932, que as restrições ao pleno exercício do voto feminino foram eliminadas no Código Eleitoral.

Devido a pouca participação da mulher no espaço político ocasionado devido à discriminação de gênero, foi criada e aprovada a Lei 9.504/97, que diz no artigo 10, parágrafo 3º: “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidatos de cada sexo”.

O processo de implementação da política de Cotas no Brasil (Lei 9.504 de 1997) é muito recente. Contudo, essa política vem dando no mínimo mais visibilidade à exclusão da mulher nos espaços políticos e às disparidades existentes no âmbito político, entre homens e mulheres. Por esta razão, elas vêm sendo tratadas como um tema central das discussões de gênero

e política, sendo considerado pelo movimento feminista como expressão e reconhecimento político alcançado pelas demandas femininas.

Existem muitos equívocos a respeito das cotas que precisam ser esclarecidos, enfatiza Delgado (1996), por exemplo, a de 30% das vagas aos cargos eleitoreiros, percebe-se que o índice de mulheres envolvidas na participação nos postos decisórios, no âmbito dos poderes legislativos, executivo e judiciário, traduzindo a dicotomia entre os mais variados espaços devido aos grandes preconceitos e discriminação que as mesmas encontram ao longo de sua trajetória.

Do final da década de 1970 aos dias atuais, observa-se uma crescente e acentuada entrada das mulheres brasileiras em espaços sociais, econômicos e políticos, dos quase, em momentos anteriores, participavam muito discretamente. Hoje, 40% as Populações Economicamente Ativa (PEA) e mais 51% do eleitorado são formados por mulheres. (Mulher e Poder em dados - 2000).

O compromisso democrático com a equidade de gênero não se verifica, apenas, no acesso das mulheres aos cargos de direção partidária, nem só no cumprimento das cotas de candidaturas. As mulheres que se encontram inseridas no meio político precisam também, assegurar a cota mínima de 30% dos recursos do fundo partidário para a formação política das mulheres e a incorporação da perspectiva feminista pelo conjunto partidário. A implementação de políticas para as mulheres depende não só das instâncias criadas para tal fim, mas também do engajamento dos movimentos sociais e dos partidos políticos em favor da questão.

Em Sergipe, a primeira mulher a ocupar a chefia de cargo político foi Núbia Nabuco Macedo, eleita 1ª Prefeita do Estado de Sergipe, na cidade de Estância, não apenas de Sergipe, mas de todo o Brasil, no ano de 1950 pelo PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, com 1.714 votos a mais que a soma de todos os outros candidatos, seguida por Benvinda Lima Almeida, eleita em

Indiaroba, substituindo o marido, o industrial José Almeida.

Algumas mulheres fizeram nome e tiveram participação destacada na vida política, cita-se Etelvina Amália de Siqueira, dona Carlota, Inês Carrilho, Maria Rita Soares de Andrade, Cezartina Regis, Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro, esta última, foi a primeira mulher sufragista de Sergipe, teve uma participação fundamental na luta pelo direito da mulher, na busca por liberdade de expressão e de participação em todos os seguimentos da sociedade (MULHER, Representação Política e Social em Sergipe).

Nos dias atuais apresenta-se a senhora Maria do Carmo Nascimento Alves, filha natural de Cedro de São João – SE. Esta teve sua vida política iniciada em 1996, quando disputou o cargo de prefeita na cidade de Aracaju - SE. Na eleição seguinte, 1998, elegeu-se senadora da Republica por Sergipe, reelegendo-se nas eleições de 2006. Licenciou-se do cargo por motivo de saúde em março de 2008 retornando 2009. A mesma tem seu mandato até o dia 31 de janeiro de 2015.

Dentre tantas mulheres que aos poucos vem se destacando nas lutas sociais e dentro do espaço político em nosso estado, destaca-se também a deputada Ana Lúcia, nascida na cidade de Aracaju, conhecida como guerreira por seu espírito combativo e suas posições firmes em defesa dos trabalhadores da cidade e do campo, assim como sua atuação na luta pelos direitos e qualificação dos servidores municipais da Educação, petista, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Sergipe, em 2002. Deputada estadual mais votada da história do Partido dos Trabalhadores de Sergipe. Em 2006 foi reeleita com 50% de votos a mais que a primeira eleição. Convocada pelo governador Marcelo Déda, gastou-se da vida parlamentar para exercer a função de secretária do Estado, na Secretaria de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social, ao final de 2009 retornou a cadeira parlamentar.

Outra mulher que se destaca também devido às lutas sociais é Conceição Vieira, natural de Aracaju - SE, formou-se na Universidade de Sergipe, foi militante quando universitária, militou o Diretório Acadêmico de Geografia, fez pós graduação em Educação pela " Paz e Resolução de Conflitos", pela Universidade da Jacome da Espanha, dentre outras formações, foi Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto em Japaratuba, presidiu a fundação Municipal do Trabalho e foi Secretária de Assistência Social e Cidadania.

Ambas buscam os mesmos ideais: a efetividade dos direitos humanos, trabalhistas e sociais.

Com tantos relatos e experiências observadas não só a nível mundial, mas como também dentro da nossa própria esfera federal, e devido a mulher tentar e se inserir dentro do espaço político, observa-se que o Brasil é o 107º no ranking mundial da participação da mulher na política.

O pleno exercício dos direitos políticos das mulheres requer e pressupõe o pleno exercício dos direitos civis e vice versa.

Em virtude de se compreender a importância da figura feminina na laboração das leis e nas lutas pelos direitos é que se percebe a necessidade dessa presença efetiva que aparece em Cedro de São João, que vem de certa forma quebrando preconceitos e discriminação quanto ao gênero e quanto a capacidade de participar das decisões que visem melhorar toda coletividade do município.

Entendendo todas essas buscas pelo social e pela efetividade dos direitos individuais, compreende-se a necessidade de ampliar os espaços para o egresso das mulheres dentro do espaço político no município de Cedro de São João, buscando assim, ampliar a participação das mesmas nos espaços eletivos, buscando para tanto, a valorização e a efetivação dos direitos a elas

garantido.

No campo político municipal destacam-se: Maria Cecília, Maria Helena Teles, Ângela Maria, Noélia Melo, Cleomara Barbosa, Alaide Mendonça, Cristiane Melo Santos Leão, Luciene dos Santos, entre outras.

Buscando entender o que levou essas mulheres se inserirem na vida pública, constata-se que muitas delas deram seguimento à história de familiares, estando sempre inseridas nos espaços públicos destacando-se pelo empoderamento, seja este exercido dentro de secretarias municipais, sindicatos, ou até mesmo no parlamento. Outras desenvolvendo práticas assistencialistas algumas inseridas em grupos religiosos, e também existindo aquelas que integram movimentos organizados como sindicatos e/ou associações, havendo também aquelas que entram apenas para cumprir com a lei das cotas 9504/97. Porém, quando estas mesmas mulheres conseguem ser inseridas na vida pública, apresentam-se preparadas para o enfrentamento das demandas apresentadas pela sociedade e geralmente elas desenvolvem os papéis sociais, separadamente do papel que lhes competem dentro da vida privada, ou seja, aquela que é matriarca, cuidadora do lar, esposa, amiga e mãe, se transforma em defensora dos direitos dos cidadãos que formam sua comunidade, deixam sua fragilidade em casa e demonstram dentro do seu âmbito de trabalho, o conhecimento, a responsabilidade e o compromisso por fazer valer as leis que facilitarão toda a vida de uma comunidade.

Diante disso, é percebido que a inserção da mulher na política ainda é pequena, então se faz necessário um estudo para identificar quais pontos deve ser analisado para que essa conquista seja ampliada. A figura feminina é de grande importância para que as políticas públicas sejam empregadas de maneira eficiente e eficaz, uma vez que a mesma detém de uma grande sensibilidade, o que facilitará a garantia do bem estar da sociedade. Contudo, esta inserção da

mulher na política partidária só foi possível mediante algumas conquistas por elas alcançadas. O marco histórico foi o direito ao voto feminino, ou seja, o direito ao voto, que no início e de acordo com o Código Eleitoral Provisório de 24 de fevereiro de 1932, esta conquista não foi completa e só era permitido votar, mulheres casadas com a autorização do marido, viúvas e solteiras que possuíssem renda própria.

Ainda é grande o preconceito gerado com a figura feminina, apesar da Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997, estabelecer 30% das vagas para candidaturas de mulheres, percebe-se que a participação das mesmas na disputa por cargos políticos ainda é considerada mínima, e luta-se para que essas vagas possam chegar aos 50%, tornando assim a real igualdade de direitos entre mulheres e homens, para que dessa forma, acabe definitivamente com a dicotomia a qual permanece sendo utilizada ao longo da trajetória das lutas femininas.

Mesmo com a participação garantida através do processo de Cotas, o número de candidatas não cresceu, deve-se então, aprofundar-se e descobrir onde é que deve ser transformada a questão da participação feminina e sendo assim, a mulher conquistará seu verdadeiro espaço dentro da política local, ou no âmbito estadual ou federal.

Em consequência disso, no campo político é notável o grande índice de homens envolvidos no meio político, mas com o passar do tempo houve mudanças no que diz respeito a esse processo, e sendo assim, as mulheres começam a envolver-se na política, conquistando alguns espaços até então a elas negados.

Uma vez participando das decisões que visem melhorias para o município, a mulher dará sua contribuição em busca dos direitos de igualdade, buscando dessa forma, ampliar as redes de atendimento, assim como um serviço de boa qualidade.

O movimento pelos direitos da mulher foi algo que coincidiu com o movimento

sufragista, e estava o mesmo vinculado às mulheres de classe social, cultas, que tiveram acesso a escolaridade e que de forma reduzida participavam de alguns meios políticos. Para que essas mulheres despertassem o interesse pelas lutas para conquistas de alguns, diria até que poucos, direito, foi necessário algumas graduandas do curso de direito encontrassem dificuldade para o exercício da profissão, pois a função de advogar era vista como apenas dos homens, em virtude disso, surgiu assim, o desejo pela luta em favor da igualdade de direitos, até ser necessário exigir o direito de votar.

Na década de 1880, a agitação republicana não fortaleceu o desejo feminista por seus direitos político, como também lhes deu argumentos em favor do sufrágio.

A mulher estava conquistando a emancipação feminina, e o sufrágio naquele momento representava igualdade entre ambos.

A partir daí, as mulheres não só reivindicavam o respeito, mas como também, o tratamento favorável dentro da família, direito à educação e principalmente o desenvolvimento total de todas as suas faculdades, dentro e fora do âmbito doméstico.

Diante de tantas reivindicações, e por se inserir dentro do espaço político, as mulheres sofreram inúmeras críticas distante dos papéis que as mesmas incansavelmente buscavam desenvolver dentro de uma sociedade completamente autoritária, conservadora e machista e receberam definições pejorativas como machonas, homens de saia, dentre outros.

Para a forma de exclusão submetida às mulheres que lutavam pela igualdade de direitos, era de certa forma justificada – dentro dos parâmetros conservadores. Esta justificativa foi fundamentada em alguns autores/filósofos contratualistas que expressavam a forma como a mulher não apenas naquele determinado momento, mas como também em algumas ocasiões atuais eram e ainda são vistas.

Diferentemente do que pensavam, a categoria feminista, utilizou-se do movimento pelos direitos, para fazer com que todas as mulheres com a inclinação política elevassem o nível de consciência em relação ao poder que as mesmas exercem e na capacidade de transformação em que emerge da sensibilidade feminina em oferecer proteção e confiança em tudo que procura desempenhar.

Afirma-se que nosso objetivo maior é analisar a participação da mulher na vida pública e partidária tendo como período de análise da década de 90 aos dias atuais, bem como também, identificar os motivos que as levaram a vida pública/política, conhecer os espaços onde as mesmas exercem o seu empoderamento, bem como analisar as mudanças ocorridas dentro da sociedade, a partir da inserção da mesma dentro do espaço político.

Muitas vezes ouve-se e debate-se sobre assuntos que estão inseridos dentro do espaço onde estamos inseridos, geralmente não se busca entender ou compreender a verdade, Apenas julgamos verdadeiro o pontos de vista que possuímos e ignoramos verdadeira essência ao qual determinado assunto pertence. Nesse sentido, apresentamos a questão gênero como exemplo. O que é gênero? Quantos e quais gêneros conhecemos?

Ultimamente tem-se ouvido muito falar incansavelmente na expressão “gênero”, algo que outrora não se ouvia pelo viés do mundo contemporâneo na qual hoje vivemos.

Buscando o significado da palavra do dicionário Global de Silveira Bueno, encontra-se a seguinte definição:

- 1- (Bio) Grupo com uma ou mais espécies que apresentam analogia: gêneros de flores, gêneros de animais.
- 2- Classe, categoria, tipo, modelo.
- 3- Estilo, jeito, modo.
- 4- (Gram.) atributo masculino ou feminino de certas categorias de palavras, algumas vezes associado ao sexo do ser e outras não: mesa, criança, e voz são substantivos do gênero feminino.

5- Sexo de pessoa.

Através de vários estudos realizados e de outros ainda em andamento, verifica-se que o significado da palavra gênero está muito além da divisão sexual, observa-se, porém, que está ligada a identidade individual ou coletiva, a qual é subjetiva, logo, gênero aparece como algo cultural e mutável que o indivíduo desenvolve devido a necessidade de estar socializado com as formas sociais ao qual o mesmo está inserido.

Segundo Cruz,

Por mais que se esforce para acabar com as desigualdades que prevalecem dentro das relações sociais, percebe-se, porém, que estas desigualdades vão muito mais além das questões socioeconômicas, essas desigualdades estão voltadas para a relação de poder que se estabelece na separação por gênero (CRUZ, p. 45, ano 2005).

Quando se ouve falar em gênero, logo de imediato o pensamento humano volta-se para a mulher, símbolo do feminismo que por muito tempo é considerada como o sexo frágil e incapaz de gerir seu próprio sustento, portanto submissa ao homem, ou seja, ao masculino, detentor do poder absoluto, da razão e da capacidade de governar.

Com tantos argumentos e definições, estudiosos afirmam que o indivíduo não nasce homem ou mulher, ele apenas se define como tal, ora, uma criança que nasce com órgãos masculinos, mas que é criado, com costumes e práticas que condizem ao sexo feminino, logo, ela desenvolverá e criará hábitos que normalmente pertencem às “mulheres”, como o hábito de usar o sanitário sentado, o complexo de Édipo diz que uma criança se define como sendo mulher ou homem até os três anos de vida.

Diante de vários argumentos e definições quanto o significado e a aplicabilidade e ou uso da palavra gêneros dentro do contexto social, passa a ser visto e repensado a partir do final da

década de 60 com as estudiosas e militantes feministas, o que será engendrado e problematizado a cerca de seu conceito.

Ao entender a separação existente entre gênero, sexo e sexualidade é que se busca de forma mais clara e sucinta contextualizar tudo o que se supõe ou afirma-se quanto às diferentes formas de gênero, evitando assim, as informações generalizadas que se tem em relação à mulher e ao homem.

As concepções de gênero são diferentes não apenas dentro das sociedades onde estão inseridas, mas estão presentes nos diversos grupos que formam a mesma, podendo esses grupos ser de classe, étnicos, religiosos, políticos, raciais e outros. Diante da diferenciação ocasionada pela divisão sexual ficam estabelecidos alguns papéis dentro da sociedade.

Ao ressaltar a palavra papéis, abre-se um vasto leque quanto às diversas formas que o indivíduo se apresenta e/ou desenvolver dentro do espaço ao qual está inserido.

Quando se mentaliza a figura feminina e os papéis que a mesma pode e desenvolve dentro da sociedade, logo se pode fazer uma breve lista com pequenas atividades que competem a mesma, como gerar filhos, criá-los e educá-los como estabelecem as normas sociais, cuidar do marido, atividades domésticas, dentre outras. Diferente dos papéis representados pelo sexo feminino, são os que são desenvolvidos pelos homens, o qual está inserido na política, gerencia presidências e outras, sempre ocupando o espaço de dominador, o que se apresenta completamente como papéis desiguais, onde para ocupá-los não deveria ser levada em conta a divisão por sexo, mas sim, a capacidade de pensar, a qual foi atribuída a todos os indivíduos independente de sua capacidade sexual, sexualidade, etnia ou poder aquisitivo.

A questão dos papéis desenvolvidos por pessoas de sexos diferentes, também se associa ao privado e ao público, ou seja, as atividades do setor privado são aquelas desenvolvidas

poros mulheres dentro de suas residências, quanto que o setor público é representado pela categoria masculina, a quem era atribuído o dever de sustentar sua família e a liberdade de escolher onde e em quem trabalhar desde que afastado das atividades domésticas.

Essa divisão dentro da sociedade foi caracterizada logo após o surgimento das atividades agrícolas e da pecuária, segundo Engels (1974) na obra “a origem da família propriedade do estado”, a divisão dos papéis está baseada na divisão sexual do trabalho, onde as mulheres eram proibidas de exercerem o trabalho social, ou seja, fora de suas casas, a elas era apenas permitido o trabalho doméstico. Pode-se afirmar também que esses papéis foram os protagonistas das desigualdades, das exclusões e das injustiças às quais a mulheres buscam superar até os dias atuais. Outro fator que contribuiu para a afirmação da divisão sexual do trabalho, assim como a divisão dentro da sociedade, foram os estereótipos apresentados pelo gênero feminino, pois estes nasceram com definições e capacidades apenas a elas permitidas, como a capacidade de gerar e dar a luz aos seus possíveis senhor, os donos do poder.

Em virtude disso e de tantos conflitos associados devido ao entendimento da categoria de gêneros e aos desentendimentos gerados devido às constante lutas pela igualdade de direitos, é que surgem vários movimentos com a finalidade de reconstruir e pluralizar os gêneros.

Entende-se, porém, que para pluralizar a questão gênero, é fundamental acabar com sua polarização, onde ambos, mulher e homem, são vistos como pólos opostos que compõem uma lógica desigual e invariável de dominação e submissão, para tanto, seria necessário que toda sociedade pudesse entender e definir gênero como a própria Antropologia define, como sendo a forma de se manifestar social e culturalmente a identidade sexual dos indivíduos, independente de serem classificados de acordo com a formação anatômica com que é formado.

Segundo François Heriter (1996), o gênero se constrói na relação homem/mulher,

uma vez que não existe indivíduo isolado, independente de regras e representações sociais. Para que se possa construir a denominação de gênero, torna-se necessário existir uma relação de força, a mesma é possível através das relações sociais, que têm como protagonistas homens e mulheres.

Lauretis (1994, p. 209), diz: “a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução”. Ao aceitarmos que a construção do gênero é histórica e se faz incessantemente, estamos entendendo que as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança. Isso supõe que as identidades de gênero estão continuamente se transformando. Sendo assim, é indispensável admitir que até mesmo as teorias e as práticas feministas – com suas críticas aos discursos sobre generosa e suas propostas de desconstrução – estão construindo gênero.

O minidicionário da língua portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 4ª edição de 2001, com triagem de 11.848,961 exemplares, classifica GÊNERO e PODER da seguinte forma:

GÊNERO sm. 1. Agrupamento de indivíduos, objetos, etc. que tenham características comuns. 2. Classe, ordem, qualidade. 3. Modo, estilo. 4. A forma como se manifesta social e culturalmente, a identidade sexual dos indivíduos. 5. Biol. Reunião de espécies. 6. Gram. Categoria que classifica os nomes em masculino, feminino ou neutro.

PODER v.t.d. 1. Ter a faculdade de . 2. Ter força, ou energia, ou calma, ou paciência para. 3. Ter possibilidade de, ou autorização para . 4. Estar arriscado ou exposto a. 5. Ter ocasião ou meio de. 6. Ter o direito ou a a razão de. 7. Ter saúde ou capacidade de aguentar ou suportar etc. Int. 8. Ter possibilidade. 9. Ter força física ou moral. 10. Direito de deliberar, agir e mandar. 11. Possibilidade; meios. 12. Vigor, potência. 13. Domínio, força. 14. Eficácia, efeito. 15.

Capacidade, aptidão. 16. Autoridade constituída; governo dum país. 17. Função do Estado relativa a suas formas distintas e exercidas pelos órgãos competentes.

Analisando os significados apresentados no minidicionário, percebe-se o quanto é pobre a definição, talvez porque estes não se detiveram num estudo mais específico e o aprofundado sobre a formação individual, ou seja, estes significados não foram construídos analisando que o ser humano é um ser teleológico, que detém de uma identidade subjetiva e existe dentro da sua totalidade, logo, este mesmo indivíduo se adéqua ao tempo e ao espaço-sociedade onde este se encontra, podendo para tanto mudar sua forma de pensar e agir mediante variações da época ou dos costumes relacionados ao meio no qual está inserido.

Diante disso, apesar de uma aparente dicotomia existente entre gênero e poder, pode-se afirmar que nos dias atuais essa dicotomia ainda existe, porém sem a ênfase de anos atrás, e isso só foi possível a partir do momento em que as mulheres decidem deixar de exercer seu papel dentro do espaço privado busca inserir-se dentro do espaço público. Isso só foi possível mediante movimento feminista, que tinha e ainda tem por finalidade a equiparação dos direitos civis e políticos da mulher aos do homem (Miniaurelio, p. 317 de 2001).

O movimento feminista foi impulsionado a partir das idéias iluministas e das idéias que surgiram influenciados a Revolução Francesa e Americana.

Diante disso, esse movimento luta pela igualdade de direitos, quebrando portanto com a divisão então existente entre público e privado. Dessa forma a mulher vai ganhando espaço, reivindicando direitos e conseqüentemente ganhando poder.

Segundo PATEMAN (apud COSTA):

[...] chamar a atenção das mulheres sobre a maneira como somos levados a contemplar a vida social em termos pessoais, como se tratasse de uma questão de capacidade ou de sorte individual [...] As feministas fizeram finca pé em mostrar como as circunstâncias

personais estão estruturadas por fatores públicos, por leis sobre a violação e o aborto, pelo status de “esposa”, por políticas relativas ao cuidado das crianças, pela definição de subsídios próprios do estado de bem-estar e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele. Portanto, os problemas “pessoais” só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas (PATEMAN, 1996, p. 47).

Depois dos acontecimentos da Revolução Francesa, o movimento feminista ganha força, e como consequência, podemos afirmar que o referido movimento ganha poder, sustentado pela ideologia dos princípios fundamentais da LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE, diante disso, os movimentos feministas começam a reivindicar o direito de escolher seus governantes, ou seja, surge a luta pelo direito ao voto, seria esta, a conquista primordial que significaria a efetivação da conquista dentro do espaço público, o que não significa dizer, que a partir desse momento tudo ficaria mais fácil, pois a luta era por mais liberdade de expressão, pela quebra de hierarquias, pelos interesses das mulheres, assim, ALVAREZ diz

O movimento feminista, apesar de inserir-se no movimento mais amplo de mulheres, distingue-se por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres pela definição de sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e ao Estado, e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não-existência de esferas de decisões hierarquizadas (ALVAREZ, 1990, p. 23).

Mesmo com as reivindicações realizadas pelo movimento feminista pelo direito ao voto ocorrido em países estrangeiros, essa manifestação só ocorreu no Brasil por iniciativa de José Bonifácio, ainda na metade do século XIX, quando ressaltou na Primeira Câmara dos deputados Gerais do império, a importância de se obter um voto com qualidade, onde também estava incluso o voto de mulheres com formação em escola superior (TABAK, 1989, p.37).

No Brasil, a luta sufragista ganhou forte apoio da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – FBPF, antiga Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, criada por Bertha Lutz em 1919, contudo observa-se que:

A Liga pela Emancipação da Mulher, era composta por um grupo pequeno de mulheres que se conheciam entre si e pertenciam a famílias da burguesia. Este era seu principal trunfo. A partir de sua posição de esposas, filhas, amigas de homens da classe dominante, tinham acesso aos centros de poder. Por este meio alcançavam o Congresso, a Presidência e tinham em geral o respeito da imprensa. Encontravam-se em reuniões sociais com pessoas que podiam influenciar a causa. Dessa forma conseguiram convencer a certo número de deputados e senadores, de modo a fazer avançar no Congresso as emendas que já existiam (ALVES, 1980:105).

Ao adquirir autonomia e logo o então desejado poder, a mulher quebra de forma fragilizada com a teoria do patriarcado sustentado pela estrutura ideo-política que impunha a ela uma condição de subordinação permanente que resultava na falta de oportunidades, benefícios e na ausência da tomada de decisões, o que só se tornou possível a partir do exercício do poder, reflexo do movimento feminista que eclodiu com o sufrágio.

Com o regime ditatorial no qual o Brasil se encontrava, e estando o movimento feminista fortalecido e centrado em suas reivindicações, começam a surgir novos movimentos que abraçam a causa feminina e unem-se com o objetivo de afirmar direitos específicos, estando inseridos dentro de uma luta geral pelos direitos específicos, como os homossexuais, transexuais, negros, índios e outros, direitos estes que seriam mais tarde regulamentados a partir da criação de políticas públicas voltadas para a categoria.

Segundo a Constituição Federal de 1988 no art. 5º diz que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes do País a inviolabilidade do

direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a à propriedade... (C.F.,1988)

Sendo assim a mulher enquanto um ser social inclusa no contexto familiar, social e cultural, para tornar-se um ser politizado e exercer sua vida no espaço público ou privado é necessário romper com alguns contextos culturais, advindos do modelo familiar patriarcal, no qual predominava o poder do pai no seio familiar e quebrar com a divisão sexual do trabalho, entendendo que mulheres e homens serão iguais dentro do meio de trabalho e que ambos poderão ser respeitados, tendo a igualdade de direitos para que cada um seja protagonista da sua própria história. Sendo assim, observa-se que:

A pólis era o espaço da liberdade e da democracia, um espaço exclusivamente masculino, segundo Aristóteles, um espaço do “Verdadeiro Homem”. (COSTA, 1998, pág.52).

Na pólis, as mulheres eram responsáveis apenas pelos serviços domésticos e de cuidar dos filhos, uma vez que era privada de exercer qualquer atividade, sendo que a manutenção da casa era exercida pelo marido. A mulher passou a ser privada uma de vida pública, e o voto também lhes era negado.

No Renascimento, as mulheres começaram a ter participação, onde passando a ter acesso à educação, participando de alguns movimentos, dentre eles, destacam-se no mundo literário, porém o poder político ainda não poderia ser exercido por todas, tinham algumas exceções para mulheres. Dentro da família havia uma hereditariedade, ou seja, era passado de uma para outra, com destaque as rainhas e princesas, mas para que estas participassem da vida política era necessário que as mesmas fossem reconhecidas cidadãs mediante as leis municipais; possibilitando assim o rompimento do então isolamento, ao qual estavam acostumadas a vivenciar.

Um fator decisivo que contribuiu não somente para a garantia dos direitos entre mulheres e homens, mas que fortaleceu a inserção da mulher no espaço político, foi a Constituição de 1988, a então conhecida “Constituição Cidadã”, como dizia Wlives Guimarães⁵, por esta ter sido elaborada a partir de contribuições de cidadãos de toda sociedade brasileira. A mesma tornou-se histórica por possibilitar a garantia dos direitos individuais.

A Revista “Mais Mulheres no Poder, Contribuição a Formação Política das Mulheres” diz:

A nova Constituição foi, pois, um marco importante na história do feminismo brasileiro”. Além de contemplar a igualdade em direitos e de obrigações de homens e mulheres em seu artigo 5º, inciso I, desconceituou a família, abolindo o pátrio poder e a figura de chefe do casal, reconheceu a união estável, confirmou o divórcio, ampliou a licença maternidade, criou direitos à licença-paternidade, o direito à creche, coibiu a discriminação da mulher no trabalho, criou direitos para empregadas domésticas e previu a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica.

De acordo com Santos (2004, p.129), as mulheres foram cruciais para a composição dos movimentos sociais que passaram a atuar na luta pela democratização do país, assim “a história destes movimentos, é também a da constituição das mulheres como sujeito coletivo, em que deixam a esfera privada e passam a atuar no espaço público, tornando públicos temas até então confinados à esfera privada”.

Contudo, é observada que o movimento feminista ganha força e novo rumo, a partir da redemocratização, fato este sendo possível apenas com a Constituição de 1988, mas esses novos caminhos dentro do espaço político, só foi possível mediante a criação de organizações

⁵ Ulysses Silveira Guimarães (Itirapina,^[1] 6 de outubro de 1916 — Angra dos Reis, 12 de outubro de 1992) foi um político e advogado brasileiro que teve grande papel na oposição à ditadura militar e na luta pela redemocratização do Brasil. Faleceu em um acidente aéreo de helicóptero no litoral ao largo de Angra dos Reis.

feministas, no que se referem a grupos que debatiam temas do interesse feminino, como no caso da saúde, violência, direitos sexuais, reprodutivos e até mesmo de decidir sobre o direito a realizar o aborto.

Esses grupos feministas, organizados em ONGS⁶ para se organizar em redes, formados por mulheres, encontram força dentro dos partidos políticos, através de representações que possibilitem a luta pela efetivação dos direitos que inúmeras vezes os são negados. Mas para se chegar a estas conquistas, o movimento feminista teve que travar várias lutas para romper com o padrão político tradicional e vertical, impostos pelo sistema patriarcal e conservador, onde não se admitia ter uma mulher no comando dentro do espaço político.

Para se pensar em uma esfera política igualitária é importante pensar no acesso a essa esfera pública, caso contrário, as desigualdades e discriminações existentes na sociedade vão funcionar como impedimentos invisíveis e a dificuldade de participação pode ser percebida como um atributo das mulheres. Isto é, a desigualdade social perversamente se torna um déficit do sujeito” (AVILA, 2001, p.16).

Atualmente, muitos estudiosos percebem estágios diferentes sobre mulher a atuação da mulher dentro dos espaços sociais, Kathleen Jones (1992. In : MASSOLO, 1994: 20 – 1) distingue três etapas, estas estão na *invisibilidade* , ocorrida pela ausência das mulheres nos marcos teóricos; a *visibilidade limitada*, caracterizada pela ausência sexista e nos diferentes padrões da participação e comportamento feminino e por último aparece a *visibilidade* , a qual é correspondente ao desenvolvimento de uma ciência crítica feminista e na utilização de vocabulário político,

Que possa expressar as formas específicas e diferentes em que as mulheres têm exercido o poder ocupando postos de autoridade, praticando a cidadania e compreendendo a liberdade (,JONES. 1992:239).

Estas três etapas estão baseadas no progresso alcançado pelas mulheres. Décadas atrás, a mulher não tinha acesso a educação, a mesma era educada por sua mãe, a qual ensinava-lhe como cuidar do marido, da casa e dos filhos, logo, era um ser invisível. Após esse movimento fora-lhe permitido o acesso à educação, porém, muito distante de assuntos específicos para os homens, como a economia e a política, passava então para a visibilidade limitada, pois as mesmas eram impostas a uma participação e comportamento diferenciado aos dos homens, porém, mais tarde, com a mobilização e com as lutas feministas, as mulheres passaram-se a se comportar diferentes e utilizarem um linguajar político e principalmente ocupar cargos de autoridade, neste momento, entra na etapa da visibilidade, onde passam a serem notadas.

Vale a pena ressaltar que quando a mulher busca inserir-se nos espaços políticos estas não tornam esquecidos aqueles papéis desenvolvidos dentro do espaço privado, ou seja, não esquece de ser a cuidadora do lar, a boa esposa, boa mãe, mas ao tempo em que busca estar inserida dentro do espaço público, a mesma apresenta-se sempre reivindicando com sabedoria políticas que favoreçam àquelas que por muito tempo foi ignorada, oprimida e usada como instrumento de reprodução,

Aquelas mulheres ao se lançarem na política não rompem com seu papel idealizado de mães e esposas e com os modelos idealizados de mulher. Pelo contrário, é através desses 'atributos' que se julgam capazes de militar e que dão 'autoridade' à sua presença na esfera da política (...) elas se alienavam recriando e reproduzindo uma 'imagem mística de mulher.(SIMÕES, 1985:139).

Atualmente tem-se buscado ampliar a participação das mulheres dentro dos espaços políticos, e para isso nos anos de 1995, foi elaborada a Lei 9100/95 na qual reservava uma participação de 20% de mulheres, mais tarde, especificamente no ano de 1997, essa lei sofre

⁶ ONGS são organizações não-governamentais

alteração e amplia de 20% para 30% por cento, esse processo veremos a seguir na política das Cotas.

Segundo a revista Mais Mulheres no Poder, Contribuição à Formação Política das Mulheres, as mulheres são hoje no Brasil: 50,75% da população economicamente ativa; 26,8% são pessoas de referencia dos domicílios brasileiros; 51,82% do eleitorado nacional (TSE, 2010), mas representam apenas 8,8% dos cargos na Câmara de Deputados e 12,3% dos cargos no Senado brasileiro (IPU, 2006).

Percebe-se, portanto, que mesmo com a abertura de 30% das cotas – que também apresentam-se como uma política desigual, pois para exercitar a igualdade entre mulheres e homens, deveria ser destinado os 50% - estabelecida pela lei 9.504/97, ainda é insignificante essa participação, o que evidencia uma desigualdade dentro da política-representativa. Mesmo com a política de cotas, as mulheres inseridas na política partidária criticam a falta de incentivos na participação, assim como também reclamam na discriminação ocorrida nos horários eleitorais, bem como nos repasses financeiros para o desenvolvimento das campanhas.

No entanto, tem-se buscado respostas plausíveis no que se refere a participação das mulheres nos espaços públicos. Recentemente uma pesquisa realizada pela UIP – União Inter-Parlamentar, 2008, apontou que 49% das mulheres entrevistadas – mulheres políticas – afirmaram que ingressaram na política como resultado de seus interesses no trabalho social e 34% terem ingressado por meio de organizações não governamentais, atestando dessa forma que a participação das mulheres ocorre de forma completamente diferente da participação masculina, que na maioria das vezes acontece através da participação nos partidos políticos.

No geral, a mulher é levada a vida política devido aos grandes problemas ocorridos dentro da sociedade da qual faz parte, ou seja, as mulheres buscam a política para dar respostas ou resolver os problemas que tendem a serem ignorados pelos homens.

Massolo (2005, p. 8) afirma a existência de um padrão feminino dos espaços locais, vinculados com assuntos da vida cotidiana na esfera da família e das tarefas domésticas.

Apesar das mulheres serem maioria na população, estão não está nesta grande maioria inserindo-se ou exercendo cargos eletivos, seja ele no poder legislativo ou no executivo, uma vez que existe as políticas de cotas, a que busca inserir mulheres nos pleitos eleitorais, determinando assim que cada coligação partidária a partir da lei 9.504 de 30 de setembro de 1997 tenha 30% de sua composição formada por mulheres, para que estas possam realmente buscar, discutir sobre planos de governos em assembleias e convenções partidárias é necessário da credibilidade para que o sexo feminino possam mostrar seu conhecimento e o desejo de transformação.

Dispõe o art. 10, parágrafo 3º, da Lei nº 9.504, de 1997:

Art. 10 cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.

§1º No caso de coligação para eleições proporcionais, independentemente do número de partidos que a integrem, poderão ser registrados candidatos até o dobro do número de vagas a preencher.

§2º Nas unidades da Federação em que o número de lugar a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder de vinte, cada partido poderá registrar candidatos a Deputado Federal ou Deputado Estadual ou Distrital até o dobro das respectivas vagas; havendo coligação, estes números poderão ser acrescidos de até mais cinquenta por cento.

§3º Do número de vagas resultantes das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo (BRASIL, 1997).

Percebe-se que para se ter uma participação ativa das mulheres é preciso haver uma Reforma dentro do contexto político, pois quando a mulher conseguiu o direito de votar e ser votada tem que se quebrar com o “tabu” de que apenas homens podem ter o domínios dos partidos políticos e conseqüentemente de estar a frente deles.

[...] a garantia de instrumentos que possibilitem a ampliação da participação das mulheres na política é determinante para o fortalecimento do Estado democrático. Um dos mecanismos que se fazem necessário para garantir uma maior participação política das mulheres é uma profunda Reforma Política, que fortaleça e avance na democracia direta. (SILVA, Rosane - MÁTRIA, Ano 9, Vol. 1. Nº 09, edição 2011, pág. 27)

A discriminação de gênero vai além das questões políticas, uma vez que até nos sindicatos, onde as mulheres passaram a ter a presença mais frequente com o desejo de transformação, apresentando-se assim como militante, buscando a igualdade, é nitidamente observável que nem mesmo nos movimentos assumem cargos de elevado nível, a exemplo da presidência do movimento.

Para que mulheres possam conseguir o empoderamento, é necessária a busca incansável por uma qualificação, rompendo assim com os paradigmas do modelo de família patriarcal⁷ e possam inserir no meio de trabalho formal, o qual possibilitando que a mesma tenha direitos trabalhistas garantidos possibilitando assim que mulher e homem, estes quando estiverem enquanto seres sociais e dentro do contexto familiar possam garantir e manter o sustento da

⁷ Segundo Suzana Albornoz na família patriarcal, como o nome está a dizer, predomina a autoridade do pai: o patriarca. (ALBORNOZ, SUZANA, 1985, pág.16).

residência e dos seus dependentes de forma igualitária, não possibilitando que haja distinção em relação ao poder familiar.

Pode-se notar na sociedade que o trabalho informal vem crescendo cada vez mais frequente, ou seja, com um nível elevado e as mulheres como são maioria sofrem bastante com tal fator e realizam os trabalhos domésticos em suas residências ou prestam serviços nas casas da vizinhança, percebendo assim um valor pelas atividades realizadas, mas não tem a garantia dos direitos trabalhistas, isso acontecendo com mais frequência, mas famílias de classe baixa, no qual o número de membros familiares é enorme e não conseguindo com isso nem mesmo manter o sustento dos dependentes.

A tomada de conhecimento pela mulher em relação ao poder exercido pelo homem vem sendo rompido na contemporaneidade, pois a partir da falta do conhecimento vêm consigo reações que prejudicam o desenvolvimento social, psicológico e até mesmo emocional da mulher, ao qual encontrar-se nesta situação, pois a mesma enquanto ser que está inserida em uma sociedade competitiva, percebe a necessidade da sociabilidade, discutindo as políticas públicas para que possam serem vistas na sociedade como realmente são, rompendo com o paradigma de ser um “ser” frágil, quebrando assim as desigualdades de gênero, que perduram há muitas décadas.

A política de cotas teve início em 1995 com a Lei nº 9.100, que destinava ou reservava no mínimo 20% das vagas para partidos e ou coligação em candidaturas de mulheres, que acreditando na abertura para que a inserção da mulher fosse mais frequente dentro do contexto político. Mas em 1997 através da Lei 9.504 de 30 de setembro, elevou-se de 20% para 30% no mínimo as vagas para candidaturas, sendo que essa porcentagem no Brasil somente entraria em vigor nas eleições proporcionais (eleições para vereadores, deputados estaduais ou

deputados federais, percebendo-se que a presença da mulher na Câmara Legislativa Federal, ainda é pequeno) não aplicando aos cargos eletivos majoritários (prefeitos, governadores e presidentes).

Mesmo com as políticas de cotas, mulheres em pleitos eleitorais sofrem as mais diferentes formas de discriminações, as quais destacam-se: o poder financeiro, o qual na maioria das vezes não possuem e entram reivindicando por uma sociedade mais justa e igualitária, buscando o bem-estar da coletividade e da agremiação da qual fazem parte, sofrem preconceitos quando candidatas e quando eleitas por colegas de mandatos e ainda percebe-se que a população ainda mantém certa incredibilidade ao ver a mulher dentro da política, pois ainda acreditam que lugar da mulher é nos serviços domésticos e que deve estar submissa aos desejos do marido, tendo ainda como empecilho a jornada tripla de trabalho, dentre outras que acarretam a sua vida enquanto “MULHER“, que busca mudar a política através de suas propostas, apresentando um modelo político revisado e com uma nova cara dentro do modelo político vigente no país.

Para que as coligações partidárias sejam efetivadas, ou seja, registradas, é preciso que se tenha a margem determinada de mulheres, pois estas são colocadas em grande maioria pelos pais, esposos, líder político em mandato ou algum familiar que tem o comando de algum partido político. Quando acontecem as convenções, colocam como candidatas esposas, filhas, sobrinhas, secretárias para serem candidatas, atendendo assim às normas para a efetivação da coligação, sem que estas tenham um programa de governo. Em consequência disso, CARVALHO afirma:

Em geral, os partidos políticos, no Brasil, funcionam como simples máquinas de ganhar eleições, sem nenhuma coerência programática ou consistência ideológica, sem vida partidária e cujas decisões são tomadas por uma pequena Elite dirigentes ou por um **chefe** ou **cacique**, à revelia da base. (CARVALHO, NETTO.1995:55)

As mulheres que estão entrando na política seja na esfera federal, estadual ou municipal vem sofrendo com o descrédito dos políticos e conseqüentemente dos partidos, pois os mandatos são caracterizados pelos escândalos que são observados nas administrações públicas, mas um fato marcante observável é alternância de siglas partidárias no poder por um longo período, diante disso, percebe-se que:

A participação da mulher nos partidos políticos brasileiros ainda está muito pequena, com exceção dos partidos de esquerda (PT, PC do B e PPS que tentam romper com o modelo dominante de partidos), onde as mulheres constituem em grupo ativo de militantes, atuando de forma regular e permanente e não só durante os períodos das campanhas eleitorais, como costuma acontecer normalmente nos outros partidos. (TABAK. 1994:29).

Nas eleições as mulheres sofreram, e sofrem discriminações porque os partidos políticos em sua grande maioria não as colocam frente às organizações dos partidos e não permitem muitas das vezes a candidatura. Já no tocante a população, o preconceito está sendo quebrado e votam em mulheres para que as mesmas mostrem a sua competência para valorizar a coletividade e que estas possam representar a população de forma digna. A presença das mulheres dentro do contexto político está mais ativa nos partidos de esquerda, os quais têm como ideologia romper com os modelos que apenas a “imagem masculina” pode está no comando.

3 – A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA NO MUNICÍPIO DE CEDRO DE SÃO JOÃO – SE.

3.1 – CEDRO DE SÃO JOÃO, SEU POVO, SUA HISTÓRIA

Cedro de São João, município brasileiro, localizado no estado de Sergipe a 94 km da capital Aracaju, localiza-se com a latitude 10°15'06" sul e uma longitude 36°53'04" oeste e uma altitude de 32 metros. Com uma população estimada em 5.633 habitantes de acordo com o censo de 2010 do IBGE.

A cidade de Cedro teve início com a Fazenda Cedro no século XVII por Antônio Nunes, onde tinha um grande número da árvore cedro, que era utilizada para cercar a fazenda, esta localizada atualmente onde está a Igreja Matriz de São João Batista, o seu nome sofreu algumas modificações Miguel Seixas prefeito municipal de 1941 a 1945 desejou homenagear a mulher de Getúlio Vargas Darcy, e a de Augusto Maynard, Helena e deu o nome de Darcilena a cidade, permanecendo por mais ou menos 10 anos. Mas no dia 6 de fevereiro de 1954 passou a ser chamado Cedro de São João em homenagem ao Padroeiro São João Batista.

Em 04 de outubro de 1928, através da lei nº 1.015 esta assinada pelo presidente Manuel Dantas, o município de Cedro de São João foi elevado à categoria de cidade, conseguindo assim a sua emancipação e deixando de pertencer ao território de Propriá, tornando-se assim sede dos povoados Bananeiras, Batinga, Piçarreira, Cruzes e Poço dos Bois.

Atualmente o município de Cedro de São João não está dando suporte aos povoados mencionados, com exceção de Poço dos Bois, uma vez que os gestores municipais não

entenderam e nem entendem sobre a área territorial do município, ou até mesmo devido a distância da sede em relação a tais povoados, estes não são assistidos pelos programas de governo local.

Contudo, nota-se que o município de Cedro vem conquistando o seu espaço e obtendo sucesso nos meios de sustentabilidade do seu povo, onde se destaca a carne-de-sol, esta comercializada em grande parte do Estado de Sergipe e Estados vizinhos, o artesanato em ponto de cruz que é comercializado mundialmente e os Biscoitos Carlota's.

Atualmente a cidade de Cedro de São João, possui uma população de 5.633 habitantes, uma área de 0,84 km², possui sete escolas que oferecem o ensino fundamental, seis que ofertam o ensino o pré-escolar e uma que oferece o ensino médio.

Habilitados a votar são 4.495, sendo estes dados referentes a março de 2011. Desses eleitores 2.214 são homens e 2.281 são mulheres. Esses eleitores estão assim divididos quanto ao nível de escolaridade:

ELEITORES	ESCOLARIDADE
343	ANALFABETO
612	2º GRAU COMPLETO
882	QUE APENAS LÊ E ESCREVE
218	1º GRAU COMPLETO
703	2º GRAU COMPLETO
126	SUPERIOR COMPLETO
1.510	1º GRAU INCOMPLETO
106	SUPERIOR INCOMPLETO
02	NÃO INFORMADO

4.502	TOTAL
-------	-------

Dados: Pesquisa 2011/1

Cabe ressaltar que o número de eleitores com nível superior completo e incompleto, encontra-se em defasagem devido a muitos deles não terem realizado a atualização eleitoral.

Analisando esses dados, percebe-se que o número de mulheres eleitoras é superior ao dos homens, contudo o número de mulheres que chegam a ser eleitas ainda é muito inferior ao desejado, um fator observado nessa problemática estar em não valorizar a participação feminina dentro do espaço público, assim como a presença de um sentimento conservador em favor do patriarcado impregnado e presente na maioria das famílias.

Ao analisar o perfil das mulheres cedreiras que se engajam na política local, é possível visualizar que a maioria delas vem de redes, grupos ou ONGS, e que as mesmas buscam uma representatividade com o intuito de melhorar a vida daqueles que estão em uma situação de maior vulnerabilidade, os quais são vítimas de situações do cotidiano ao qual estão inseridos.

Após sua independência, o município passou por vários administradores, porém, nenhuma mulher, o que se pode dizer que era um tipo de administração no qual a desigualdade político-representativo também imperava.

Porém com o passar dos anos, e ainda prevalecendo o desejo de continuar no poder, o então ex-prefeito de Cedro de São João Luiz Delfino de Souza, apresenta como candidata pelo antigo PFL- Partido da Frente Liberal, sua esposa, a senhora Ângela Maria de Fraga Souza, ainda no ano de 1996, que chegou a ser eleita e afastada do cargo devido a improbidade administrativa.

A cidade possui um número considerável de mulheres que participam da política local, seja através do empoderamento dentro do parlamento ou do executivo, ou em pastas que municipais que de certa forma reproduzem o seu empoderamento, mesmo que de forma indireta.

Apesar de muitas mulheres se dispuserem a disputar os cargos políticos, as mesmas sofrem com os preconceitos e com as desigualdades financeiras, ter um bom nome e um bom trabalho não é suficiente para levá-la onde desejam, pois dentro da política local ainda prevalece o poder aquisitivo e a força partidária, ou melhor, a força que a sigla possui, pois boa parte da sociedade apresenta-se como anômica e alienadas.

Apesar do município de Cedro ser considerado pequeno, com apenas 0,84 km² de área e com uma população de 5.633, segundo informações do IBGE, a cidade é marcada por vários escândalos políticos⁸, mas também por uma participação ativa de mulheres na briga pela ocupação por um cargo público.

3.2 A INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA.

A inserção da mulher em nosso município é um fato contraditório, pois há dados que divergem sobre a primeira mulher que assumiu uma cadeira no poder legislativo, destaca-se a Senhora Maria Cecília, professora e natural de Capela/SE e a outra é a Senhora Helena Sá, mãe da atual vereadora Maria do Carmo Sá. A partir da década de 90, as mulheres cedreiras vêm disputando e ocupando cargos públicos, até então assumidos por homens. Mulheres deixam de ser a mulher do lar e de cuidar dos filhos e passam a entrar na vida política e começam a lutar em busca dos ideais e do bem-estar da sociedade, através de seus projetos e programas de governo.

⁸ São muitos os processos que tramitam no Fórum de Cedro de São João contra prefeito, ex-prefeitos e ex-vereadores. Pela quantidade de denúncias, é possível afirmar que a corrupção tem sido uma prática corrente na política do município, que vem marcando a sua história política com uma trajetória de escândalos. (NASCIMENTO, Ana Aparecida - História Política de Cedro de São João: Uma trajetória de escândalos 1977 – 1998.

Pode-se notar que vêm disputando vagas para a inserção na políticas: mulheres que exerceram ou exercem cargos em comissão, que trabalham cotidianamente junto à comunidade e muita das vezes com as classes menos favorecidas, que se destacam com o seu grande potencial intelectual e que assumem os cargos, que até então eram exercidos por algum membro familiar.

A industrialização e a violenta urbanização do século XX nos abriram novos lugares de trabalho, ao mesmo tempo em que estes se separavam das moradias. Ao lado, e no próprio interesse do desenvolvimento capitalista, a um maior número de brasileiras foram dadas chances de escolarização. Assim, um pouco tardiamente, fomos “envenenadas” com ideais igualitários e libertários do século XVIII e XIX. Essa mistura de experiências possibilita-nos desenvolver qualidades e aspirações tidas por “masculinas”, como a capacidade de autonomia, a iniciativa, o raciocínio. Passamos a reivindicar igualdade de direitos e condições: na família, na fábrica, na lei, no debate. Esta problemática não é exclusiva das mulheres de classe média, embora no atual momento histórico venha sendo tematizada a partir de grupos urbanos intelectualizados. (Albornoz, Suzana, 1985, pág. 13).

Por meio dos estudos realizados para a concretização deste trabalho é possível notar que algumas mulheres cedreiras entram na política, ou seja, colocam os seus nomes a disposição de partidos políticos apenas para completar a porcentagem necessária para que a coligação seja adequada dentro das normas políticas, muitas das vezes não valorizando o seu potencial e não entendendo que o seu papel dentro do contexto político é de fundamental importância para romper com a imagem da política local, uma vez que esta vem sofrendo nas últimas décadas com os seus representantes, sejam eles no poder legislativo ou executivo.

Dentre os partidos políticos que obtiveram êxito nas eleições municipais destacam-se o antigo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), hoje PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e o Arena (Aliança Renovadora Nacional) que passou a ser chamado PFL (Partido da Frente Liberal) e atualmente tem a nomenclatura DEM (Democratas). Estes

partidos em sua trajetória política no município, foram representando por pessoas, que ao saírem do poder executivo, respondem a processos administrativos, estes advindos da sua administração permeada por ilegalidades.

As mulheres da década de 90 até os dias atuais vêm adentrando com mais frequência na vida política, uma vez que no pleito das eleições de 1992 foi possível identificar que 6 (seis) mulheres disputaram vagas das 9 (nove) cadeiras do poder legislativo local, mas apenas 1 (uma) a Senhorita Noélia Melo Santos (MDB), conseguiu eleger-se.

No pleito seguinte no ano de 1996, aconteceu um fato histórico, que até os dias atuais não se repetiu, o poder Executivo passa a ser comandado por Ângela Maria de Souza Fraga (PFL) mulher do ex-prefeito Luiz Delfino de Souza (1983 a 1988), que teve seu mandato cassado pelo Ministério Público, pois houve denúncias de que a mesma não comandava a administração pública e sim o seu marido era quem mandava, ou seja, era secretário/prefeito. A mesma não conseguiu terminar o seu mandato passando apenas 01 ano e três meses no poder, pois este foi interrompido por denúncias de improbidade administrativa⁹. Já na câmara legislativa 2 (duas) das 5 (cinco) mulheres conseguiram êxito tornando-se vereadoras.

No pleito de 2000, é possível identificar que as mulheres passaram a entender e ter uma visão sobre o papel da mulher na política, sendo que 3 (três) candidatas que disputaram vagas das cadeiras legislativas, todas obtiveram êxito. A professora Luciene dos Santos (PMDB) que além de eleger-se, tornou-se a primeira vereadora do maior povoado deste município o povoado Poço dos Bois, a vereadora Maria do Carmo Sá (PFL), esposa do ex-vereador Germano Alves Nascimento (PSDB) o qual teve dois mandatos consecutivos, ficando no poder legislativo

⁹ **Improbidade administrativa** é o ato ilegal ou contrário aos princípios básicos da Administração, cometido por agente público, durante o exercício de função pública ou decorrente desta. Segundo **Calil Simão**, o ato de improbidade qualificado como administrativo (ato de improbidade administrativa), é aquele impregnado de desonestidade e deslealdade.

de 1992 até 1999 e a vereadora Noélia Melo Santos (PPS), à qual foi reeleita. No pleito de 2004 a vereadora Noélia Melo Santos, deixa a sua cadeira no poder legislativo e se candidata a vice-prefeita na chapa do jovem Davy de Souza Fraga (PFL) filho da ex-prefeita Ângela Maria - PFL (1996 a 1997) e do ex-prefeito Luiz Delfino (1983 a 1988), ambos não obtiveram êxito, mas ao contrário destes a vereadora Professora Cristiane Melo Santos Leão (PT) que conseguiu eleger-se entre as 7 (sete) que disputaram vagas no legislativo, tornando-se assim uma militante em favor dos menos favorecidos e da classe que a mesma representava.

Nas eleições de 2004, a vereadora Cristiane Melo Santos Leão (PT) se junta a Neudo Alves (PDT) e lançam a candidatura, a professora Cristiane candidatou-se a vice-prefeita não conseguindo assim eleger-se, pois neste pleito tiveram três chapas disputando a vaga do executivo. Na câmara legislativa a concorrência foi diminuída, ou seja, apenas 03 (três) mulheres disputavam e 02 (duas) delas obtiveram êxito: a senhorita Noélia Melo Santos (DEM), que não assumiu o cargo, devido a acordos políticos e assumiu a Secretaria Municipal de Saúde, deixando que o seu suplente assumisse a sua vaga no poder legislativo, já a vereadora Maria do Carmo Sá (DEM), conseguiu eleger-se e tornou-se conhecida nas ruas da cidade pelos apelidos “bicicleta sem freio” ou “Mãe Lolinha”, devido fazer a sua campanha com práticas assistencialistas, ou seja, viabilizando consultas, exames, preparação para aposentadorias, dentre outras e bicicleta sem freio porque anda rapidamente e de forma desajeitada.

Em virtude disso, buscou-se o diálogo com mulheres que estiverem, estão e buscaram ocupação as vagas tanto no parlamento quanto no executivo.

Levando em consideração todo material estudado desde a construção de gênero, mulher na política e mulher e poder, e para melhor compreender o que levou essas mulheres inserir-se no campo político, se fez necessário a realização da pesquisa de campo para melhor

compreensão e comprovação das possíveis causas que nortearam essa inserção. Para melhor entendimento foi dividido em dois grupos o universo da pesquisa, sendo o grupo I destinado às mulheres que concorreram, mas que não alcançaram a vitória e grupo II, composto por mulheres que conseguiram a vitória e que também após o mandato tentaram o executivo.

Os partidos políticos ainda não se preocupam em dar ênfase para a inserção da mulher na política, ou seja, nas disputas por cargos no legislativo ou no executivo, uma vez que colocam as mulheres apenas para completar a legenda, pois segundo a Lei de Cotas para que a coligação seja registrada tem que está com 30% de mulheres na sua composição, fica evidente perceber na fala da Senhora S. M. (feminino, candidata não eleita).

Aqui na cidade a é falho, não vejo se organizarem. Só quando é para se beneficiar, no caso de usar as candidatas laranja, pois quando fui candidata, porque recebi o convite de uma grande amiga e não recusei.

No município, percebe-se que existe um índice elevado de candidatas que apenas entram na eleição para benefício próprio, de um algum familiar ou apenas para compor a coligação, isso fica bem nítido na fala de V. M (feminino, candidata não eleita)

Entreí porque estava desempregada, meu pai doente e um filho para educar, eu só pensava em ter um trabalho, ganhar dinheiro, foi aí que tive a idéia de concorrer, mas na verdade não sei de nada de política, não sei nem pra onde vai, eu queria mesmo era ganhar dinheiro.

Observa-se, portanto que algumas mulheres vêm de uma família tradicional e que usam a política como forma de “sobrevivência”, afastando-se da real finalidade que impulsiona a execução das atividades e responsabilidades que competem à política. Na fala da senhora S. M, no tocante o que levou a mesma entrar nas disputas políticas, ela relata:

Na verdade, eu nunca gostei de política, mesmo estando inserida em uma família política, eu nunca gostei, também nunca concordei com a forma que eles

faziam, mas como era da política que de certa forma vivíamos.

Nota-se, portanto, ainda na política local que o anseio por cargos políticos é apenas para receberem dinheiro, perdurando até os dias atuais, e existe uma anomia quanto a participação de pessoas completamente leigas quanto a necessária participação nesses grupos, não sabendo, contudo o verdadeiro papel de um partido político, bem como a importância de uma participação ativa. Os cargos políticos são vistos como instrumentos para auto-sustento e familiar.

A participação das mulheres nos espaços públicos, em especial na política partidária é muito importante, por estas serem mais sensíveis aos problemas apresentados pela comunidade. Observa-se também que outro fator que norteia a entrada do sexo feminino na política é o bem comum, ou seja, a mesma vê na política partidária a forma de sanar os problemas da comunidade local, por entender que estar à frente da sociedade com poder de apontar o problema e diante disso colher respostas positivas. Parte então de um pensamento mais amplo, sobre os benefícios que a política partidária podem atuar e o quanto também é possível fazer uma campanha baseada em propostas e com a aprovação dos votos conscientes, não negando assim, a existência de uma política que preze pelo clientelismo, onde predomina a troca de favores, ou a prática mandonista da imposição do poder, mesmo que este seja o poder aquisitivo.

A influência do poder financeiro esta presente nas eleições, uma vez que as pessoas que costumam ocupar as cadeiras parlamentares ou do executivo são pessoas de um poder aquisitivo elevado, e a política de troca de favores é muito presente na realidade da sociedade cedreira, é possível identificar na fala da Sr^a. M.C.F.S (43, feminino, candidata não eleita):

Não fui eleita. E não tento mais devido a corrupção e o domínio das pessoas grandes. Me decepcionei, porque, não generalizando a política toda, mas aqui

no Cedro, a política é muito suja e o poder aquisitivo influencia muito.

Já a Sr^a. M.Z.A.S. (feminino, feminino, casada, candidata não eleita) diz que:

O poder aquisitivo influencia muito, pois um cidadão, que chegou a ser eleito, disse a uma outra pessoa e eu ouvi, que a mãe dela não se elegeria, mas que ele chegaria lá, pois tinha muito gado no pasto, e isso o faria vitorioso.

As campanhas locais são notadas através de processos advindos das eleições, isso devido a algumas pessoas não entenderem o verdadeiro papel de cidadania e votarem apenas visando o poder aquisitivo, sendo que candidatas que não dispõem de um determinado valor, por mais que tenham propostas e planos de governos que visem à melhoria da comunidade, não chegam a serem eleitas, por não estarem ligadas a determinados grupos ou pessoas que tem um valor para financiar a campanha. Relata a Sr^a. M.Z.A.S. (feminino, feminino, casada, candidata não eleita):

Minha campanha não foi financiada e também não me aderi e nem me agreguei a líderes partidários, os votos que tive não foram por dinheiro, mas de amigos e de pessoas conscientes, por entenderem a necessidade de uma pessoa que representasse o bairro. O que dificulta muito é que muitas pessoas se vendem e recebem visitas de mais de um candidato e de todos, o povo pega dinheiro, as pessoas não se ligam em proposta, ou trabalho, querem mesmo é dinheiro.

O conhecimento sobre a militância ainda é ausente, bem como a forma como os partidos se organizam, ou seja, as candidatas não relatam nas entrevistas um conhecimento sobre as políticas de cotas para as mulheres, nem tampouco o que os partidos fazem para efetivar essa política, contudo, percebe-se na fala das entrevistadas uma política arbitrária e ilegal, inexistindo

a desmoralização da democracia e se reproduzindo a política de barganha, do tempo do coronelismo onde não se existia proposta, apenas a força e o poder do dinheiro.

Uma vez tendo observado o perfil e os motivos que nortearam o grupo I, aplicamos as entrevistas àquelas que ganharam e que também, após experiência no legislativo arriscaram-se ao executivo.

É observado na política municipal que as práticas assistencialistas ainda são fortes, uma vez que políticos ainda perduram em obter votos através da troca de favores, estes sendo das mais diversas formas que vão de doação de um botijão até a concessão de consultas e operações cirúrgicas, isso fica notável na fala de M.C.S. (62 anos, feminino, candidata eleita), quando ela relata:

Minha campanha é muito dinâmica, de muito trabalho. Povo pede, faça isso, faça aquilo... e eu faço. Sempre tenho disposição, se não faço a pé, vou de moto, mas atendo o pedido nunca neguei nada a ninguém. Me sinto triste por não ver as coisas ficarem melhores, mas não dependem apenas de mim.

A inserção da mulher na política em Cedro de São João vem datada de muitos anos atrás, mas com o passar do tempo elas estão se mobilizando e entrando com mais frequência. Uma vez que elas acreditam no poder feminino de ver as coisas de uma forma mais sensibilizada. Mas ainda existem aquelas que entram devido ter algum familiar envolvido na política.

A Sr. M.C.S. (62 anos, feminino, candidata eleita) ressalta que:

O que me levou a inserir-me na política foi a necessidade da comunidade, também comecei a gostar da política desde menina, minha mãe ajudava muito ao povo, ela saía prestando auxílio e eu acompanhava, ela foi vereadora e eu adorava vê ela ajudando, peguei gosto pela coisa não fui levada pelo dinheiro, até porque sempre tive condições.

Pode-se perceber a atuação meramente assistencialista, e que não se compreende de fato o que venha a ser militância, nem também como os partidos se organizam. É percebido que o que se torna aceito são siglas partidárias e, não se percebe a organização nem atuação diante da participação das mulheres.

Contudo é muito forte a prática assistencialista e o sistema de barganha, ou seja, a troca de favores, o que fica muito longe de ser uma política democrática, permanecendo uma política meramente conservadora onde o detentor do poder é aquele que melhor souber barganhar, existindo assim uma correlação de forças entre o dominador e o dominado.

Mas mesmo existindo aqueles políticos que se utilizam das práticas assistencialistas, tem candidatas que possuem um perfil diferenciado, pois apresentam um conhecimento vasto e um entendimento além do prestar favor diretamente, ou seja, acreditam no fortalecimento das políticas públicas, isso fica claro na fala da Sr^a. C.S.M.L (37 anos, feminino, candidata eleita), onde a mesma diz:

Bem, eu entrei nas disputas políticas, pois eu venho de uma base sindical, a minha formação como professora me ligou ao sindicato dos trabalhadores de Sergipe – Síntese fui levada pelo sentimento de defender a classe, no caso, a classe dos trabalhadores, nós queríamos avançar, com o Plano de Carreira do Magistério, foi aí que eu percebi a necessidade de inserir-me na política.

A Sr^a C.S.M.L (37 anos, feminino, candidata eleita) ao ser indagada sobre sua atuação no parlamento, relata que:

Eu sabia o que era política, mas tive que buscar qual o papel de fato que o vereador devia e deve realizar. Durante minha atuação sempre busquei desempenhar com honestidade, pois eu sempre via a possibilidade de fazer diferente e queria abrir caminhos para outras mulheres, mostrando que era e é possível. Tentei meios de organizar os conselhos de direitos e de sensibilizar quanto à necessidade de ações dentro da

transparência, e de fazer diferente o que esta sendo feito. Durante minha atuação não me detive simplesmente a causa dos professores, mas a vários segmentos, infelizmente não viram por esse lado e passaram a me ver como opositora ao gestor.

Diante a entrevista foi possível identificar a postura com a qual se apresenta, a mesma é militante, vem de uma base sindical e percebe a necessidade de fazer a política acontecer. Nota-se que a mesma não detém de práticas assistencialistas e que utiliza do conhecimento para executar suas ações no parlamentar. Sua prática foge da prática conservadora e vertical, para a utilização de ações coerentes quanto ao uso de políticas que possibilitam o desenvolver de um papel transparente e leal.

Ainda quando indagadas sobre a discriminação vivenciadas dentro do contexto político o qual estavam inseridas, percebe-se que negam um pouco sobre o determinado assunto, mas a Sr^a A.M. diz que: “*sofreu muito, pois não tinha o nível superior e que sofria quando ia fazer o uso da tribuna*”, onde os demais companheiros de parlamento faziam gozação da suas palavras, mas a mesma salientou que:

Todo o meu trabalho foi de amor e honra, pois mesmo não tendo o nível superior, sempre busquei a melhoria para o meu povo, sempre ajudei e ajudo até hoje, todos aqui em Cedro, sabe e conhecem meu trabalho.

Ao analisar os grupos I e II, constata-se que muitos motivos levaram e levam a inserção da mulher nos espaços públicos e em especial na política partidária, no entanto a existência de práticas assistencialistas é muito presente, assim como também o conservadorismo, e a prática de ações onde permeados pelo poder aquisitivo.

No entanto, é visível que muito se tem alcançado e que a presença feminina na arena política se faz importante, por quem garantem a tal sensibilidade por serem mais sensíveis aos

problemas apresentados, neste momento podemos afirmar que os estereótipos que diferenciam do homem, de certa forma, agem a seu favor.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível compreender diante das falas analisadas que vários foram os motivos que possibilitaram a participação da mulher dentro do espaço público partidário.

Perceber-se que a busca pela liberdade ainda continua, porém, nem todas conseguem compreender a essência dessa liberdade.

O movimento sufragista possibilitou que a mulher exercesse sua cidadania e os movimentos sindicais instigaram a organização feminina em busca de melhorias para toda sociedade. Mesmo com todos os avanços e nota-se que muitas se tornam anômicas e continuam alienadas, pois não conseguem sentir a força da organização e a importância do conhecimento para conseguir melhorias para a família e a sociedade. Em virtude disso, entende-se que algumas vêem a política como prática assistencialista e outras a entende como uma forma de ganhar dinheiro, como se exercer um cargo político fosse mero emprego.

Verifica-se também que muitas lutas seguidas de vitórias, como a política de cotas, ainda é pouco conhecido, e que se faz necessário e importante a divulgação da mesma, para que estes 30% disponibilizados possam ser preenchidos, e com isso a sociedade ganhe atores políticos sensíveis ao problemas e comprometidos com a sociedade.

Conclui-se, portanto, que há muito a se fazer, para que essa política “compensatória” possa de fato ser igualitária e justa, onde os direitos e deveres sejam dados conforme consta no art. 5º Constituição Cidadã de 1988.

No entanto, o que é verificado é que a política local em Cedro de São João é muito complicada e difícil, uma vez que a mesma é muito influenciada por questões financeiras e pela ausência de organização dentro dos partidos políticos quanto a mobilização e articulação para uma maior participação feminina dentro dos mesmos.

Vários foram os motivos que as impulsionaram desde exemplos familiares, práticas assistencialistas, a militância. Porém, o que dificulta esse acesso, são as questões financeiras e a presença constante de uma atuação conservadora marcando uma relação de poder.

Contudo, falta efetivar as políticas públicas para as mulheres, neste caso, em especial a Política de Cotas, porém para que estas políticas sejam concretizadas faz-se necessário maior compreensão e então divulgação das mesmas para que dessa formas as mulheres possam de fato usar os benefícios que possuem e de uma vez por todas serem vistas e tratadas de forma igualitária e justa.

Compreende-se o papel do Assistente Social, mediante o tema abordado. O mesmo tende a conhecer as políticas públicas destinadas às mulheres, estudá-las e executá-las, possibilitando assim que as mesmas sejam concretizadas e com resultados que correspondam aos objetivos almejados por tais políticas.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana, coord. **Na condição de Mulher.** : Na Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1992 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994 – 29 ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicação, 2008.

BRASIL: Presidência da República. Secretaria de Políticas para as mulheres. **Mais mulheres no Poder** – Contribuição à formação política das Mulheres – 2010 / Marlise Matos e Iáris Ramalho Cortês. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da justiça. **Políticas para a Mulher:** Relatório da Gestão 1999/2002 da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher. – Brasília, 2002.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder:** Mulher e política na Bahia – Salvador: NEIM/UFba, 1998.

MÁTRIA. A emancipação da mulher/ Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) – Brasília. Ano 7. Vol. 1 nº 7. ed. 2009.

MÁTRIA. A emancipação da mulher/ Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) – Brasília. Ano 8. Vol. 1 nº 8. ed. 2010

MÁTRIA. A emancipação da mulher/ Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) – Brasília. Ano 9. Vol. 1 nº 9. ed. 2011.

NASCIMENTO, Ana aparecida Oliveira. **História Política de Cedro de São João:** Uma trajetória de Escândalos (1997 – 1998) – Universidade Federal de Sergipe – Propriá, 2002.

SCOTT, Joan. **W. Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre. Vol. 16, nº 2. 1990.

VELOSO, Renato. **Notas introdutórias sobre o debate das relações de gênero.** Ed. 29. Brasília. : UNIVERSIDADE E SOCIEDADE, 2003.

WHITAKER, Dulce. **Mulher & Homem:** o mito da desigualdade – São Paulo: Moderna, 1998.

ANEXOS

UNIVERSIDADE TIRADENTES

Trabalho de Conclusão do Curso

Departamento de Serviço Social

Roteiro de Entrevista (Para as que não ganharam)

1 – Nome:

2 – Naturalidade:

3 – Idade:

4 – Estado Civil:

5 – Tem filhos:

6 – Qual o seu grau de escolaridade:

7 – Qual a sua profissão:

8 – Você é militante:

9 – Qual a sua opinião sobre a organização dos partidos para inserção das mulheres na política?

10 – O que levou a você entrar em disputas políticas?

11 - Quais foram ou são as suas plataformas políticas?

12 – No seu período eleitoral como foi financiada a sua campanha?

13 – Durante esse processo você sofreu algum tipo de discriminação

UNIVERSIDADE TIRADENTES

Trabalho de Conclusão do Curso

Departamento de Serviço Social

Roteiro de Entrevista (Ganharam no legislativo)

1 – Nome:

2 – Naturalidade:

3 – Idade:

4 – Estado Civil:

5 – Tem filhos:

6 – Qual o seu grau de escolaridade:

7 – Qual a sua profissão:

8 – Você é militante:

9 – Qual a sua opinião sobre a organização dos partidos para inserção das mulheres na política?

10 – O que levou a você entrar em disputas políticas?

11 - Quais foram ou são as suas plataformas políticas?

12 – No seu período eleitoral como foi financiada a sua campanha?

13 – Durante esse processo você sofreu algum tipo de discriminação?

14 – Fale sobre sua atuação no parlamento.

UNIVERSIDADE TIRADENTES

Trabalho de Conclusão do Curso

Departamento de Serviço Social

Roteiro de Entrevista (Executivo)

1 – Nome:

2 – Naturalidade:

3 – Idade:

4 – Estado Civil:

5 – Tem filhos:

6 – Qual o seu grau de escolaridade:

7 – Qual a sua profissão:

8 – Você é militante:

9 – Qual a sua opinião sobre a organização dos partidos para inserção das mulheres na política?

10 – O que levou a você entrar em disputas políticas?

11 - Quais foram ou são as suas plataformas políticas?

12 – No seu período eleitoral como foi financiada a sua campanha?

13 – Durante esse processo você sofreu algum tipo de discriminação?

14 - Fale sobre sua atuação no executivo.